

## Human Science: a Educação do Futuro e a Realidade Brasileira

Nas últimas décadas, o exponencial aumento da população mundial, juntamente com os avanços tecnológicos, produziram impactantes mudanças nas relações sociais e no processo de formação da subjetividade e identidade. A massiva quantidade de informações que tornaram-se disponíveis, apesar de sua utilidade, incita desejos, propaga medo, promove pressões e conflitos internos. Na sociedade do espetáculo, onde predomina a aparência e a superficialidade de relações fluidas, tornou-se difícil reconhecer desejos próprios, capacidades, potenciais e limitações. Sem orientação adequada, as pessoas tendem a uma experimentação "cega" da vida, percorrendo caminhos não ideais às suas características. Um destes caminhos é a construção da carreira, onde a escola cumpre um papel fundamental, sendo responsável pela formação das bases sociais e intelectuais do sujeito. Constatou-se que o sistema educacional predominante no Brasil falha em promover no aluno competências cognitivas e sociais que lhe ajudarão no desenvolvimento de sua autonomia pessoal e profissional, e isso se deve pela insistência em preservar metodologias de ensino incompatíveis com o mundo contemporâneo. Como será a educação do futuro?



Pós-Graduação em Psicobiofísica na PUC-SP |  
Especialização em Avaliação Psicológica pelo  
Método Rorschach | Graduação em Psicologia na  
Universidade Presbiteriana Mackenzie |  
Aprimoramento Junguiano pelo Sedes Sapientiae |  
Extensão em Coaching na Universidade  
Presbiteriana Mackenzie | Módulo Avançado em  
Negociações Internacionais pelo CAENI



978-613-9-63033-2



Lucas Stort Bueno

## Human Science: a Educação do Futuro e a Realidade Brasileira

Modelos de ensino, subjetividade, e a construção de trajetórias dos jovens da sociedade contemporânea

**Lucas Stort Bueno**

**Human Science: a Educação do Futuro e a Realidade Brasileira**



**Lucas Stort Bueno**

# **Human Science: a Educação do Futuro e a Realidade Brasileira**

**Modelos de ensino, subjetividade, e a construção  
de trajetórias dos jovens da sociedade  
contemporânea**

**Novas Edições Acadêmicas**

## **Imprint**

Any brand names and product names mentioned in this book are subject to trademark, brand or patent protection and are trademarks or registered trademarks of their respective holders. The use of brand names, product names, common names, trade names, product descriptions etc. even without a particular marking in this work is in no way to be construed to mean that such names may be regarded as unrestricted in respect of trademark and brand protection legislation and could thus be used by anyone.

Cover image: [www.ingimage.com](http://www.ingimage.com)

Publisher:

Novas Edições Acadêmicas

is a trademark of

International Book Market Service Ltd., member of OmniScriptum Publishing Group

17 Meldrum Street, Beau Bassin 71504, Mauritius

Printed at: see last page

**ISBN: 978-613-9-63033-2**

Copyright © Lucas Stort Bueno

Copyright © 2018 International Book Market Service Ltd., member of  
OmniScriptum Publishing Group

All rights reserved. Beau Bassin 2018

## RESUMO

Nas últimas décadas, o exponencial aumento da população mundial, juntamente com os avanços tecnológicos, produziram impactantes mudanças nas relações sociais e no processo de formação da subjetividade e identidade. A massiva quantidade de informações que tornaram-se disponíveis, apesar de sua utilidade, incita desejos, propaga medo, promove pressões e conflitos internos. Na sociedade do espetáculo, onde predomina a aparência e a superficialidade de relações fluidas, tornou-se difícil reconhecer desejos próprios, capacidades, potenciais e limitações. Sem orientação adequada, as pessoas tendem a uma experimentação “cega” da vida, percorrendo caminhos não ideais às suas características. Um destes caminhos é a construção da carreira, onde a escola cumpre um papel fundamental, sendo responsável pela formação das bases sociais e intelectuais do sujeito. Constatou-se que o sistema educacional que predomina no Brasil falha em promover no aluno competências cognitivas e sociais que lhe ajudarão na conquista de sua autonomia profissional e pessoal, e isso se deve pela insistência em preservar metodologias de ensino incompatíveis com o mundo contemporâneo. Por outro lado, diversos métodos têm êxito em produzir bons resultados ao priorizar o desenvolvimento de habilidades não-cognitivas, respeitando a faixa etária e suas peculiaridades. Por meio de um levantamento bibliográfico, este trabalho teve por objetivo fazer uma discussão crítica do ensino brasileiro em comparação com a pedagogia Waldorf, Montessori, e o sistema educacional da Finlândia. Partiu-se da descrição destes modelos, de dados recentes sobre a educação no Brasil, e as possibilidades de acordo com o contexto sócio-cultural. Conclui-se que as variáveis com as quais a escola deve lidar atualmente são sem precedentes, e que o desenvolvimento de habilidades sociais, pensamento crítico, senso de comunidade, trabalho em equipe, sentimento de responsabilidade, imaginação criativa, capacidade de adaptação, perseverança na resolução de problemas, interesse em aprender, e confiança nas capacidades próprias, são competências fundamentais a serem desenvolvidas. O panorama social apoia tal constatação, sobre o qual soma-se a dificuldade do jovem em optar por uma carreira e conquistar sua autonomia. Portanto, com um olhar próximo ao aluno, o orientador profissional na escola – ou metodologias que se apropriem de sua função – deve reconhecer sua individualidade, promover o autoconhecimento, e fortalecer sua identidade e confiança em si, contribuindo na construção de perspectivas para o futuro em prol de sua subjetiva autorealização.

**Palavra-Chaves:** modelos de ensino; competências; autonomia;

**Contato:**

lucassbueno@hotmail.com

fabiano.silva@mackenzie.br

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2. JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>6</b>
<b>3. OBJETIVOS .....</b>	<b>7</b>
<b>4. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>7</b>
<b>4.1 O ADOLESCENTE, A FAMÍLIA E A SOCIEDADE .....</b>	<b>7</b>
<b>4.2 LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL.....</b>	<b>10</b>
<b>4.3 MODELOS EDUCACIONAIS .....</b>	<b>14</b>
<b>4.4 ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCOLA .....</b>	<b>16</b>
<b>5. MÉTODO .....</b>	<b>19</b>
<b>6. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>6.1 CRÍTICA AO ATUAL MODELO EDUCACIONAL BRASILEIRO .....</b>	<b>19</b>
6.1.1 METODOLOGIA E EVASÃO ESCOLAR.....	19
6.1.2 O PAPEL DOS PROFESSORES.....	22
<b>6.2 MODELOS DE ENSINO .....</b>	<b>24</b>
6.2.1 A PEDAGOGIA WALDORF.....	25
6.2.2 A EDUCAÇÃO SEGUNDO MONTESSORI.....	30
6.2.3 O ENSINO NA FINLÂNDIA .....	32
<b>6.3 POSSIBILIDADES PARA O ENSINO NO BRASIL .....</b>	<b>35</b>
<b>6.4 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR.....</b>	<b>38</b>
<b>7. CONCLUSÃO .....</b>	<b>40</b>
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>43</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O que motiva este trabalho é a diversa, imediatista e fluida sociedade em que vivemos, a qual incessantemente, inunda nossos sentidos de incontáveis informações, úteis e inúteis, que pressionam, especialmente os jovens, à uma precipitada escolha de carreira. Nos últimos anos, a tecnologia permeou todos os meios e aspectos da vida humana, trazendo para o homem uma visão de mundo jamais vista antes, uma visão de acontecimentos simultâneos ao redor do planeta, que vão desde crises, guerras e desastres; a boatos, novidades comerciais, e novos padrões sociais a serem alcançados. Este mundo globalizado passou a exigir um contínuo processamento de informações que influenciam diretamente a **subjetividade** de cada um, induzindo, de certa forma, o pensamento de que *“ao menos que eu tenha tal coisa, ou seja de tal maneira, não serei feliz!”* – gerando uma verdadeira **crise de identidade** nos jovens que nasceram ao meio desta demanda social. Sem dúvida, as atuais possibilidades de atuação profissional são significativamente mais amplas do que eram há sessenta anos atrás, pois, além de serem hoje muito mais competitivas, e até mesmo “agressivas” em alguns aspectos, cada vez mais pessoas buscam o tão almejado sucesso que apenas poucos alcançam.

A sociedade capitalista estabelece um padrão que a maioria das pessoas almeja conquistar, sem ao menos questionarem se realmente desejam aquilo que está sendo oferecido, ou qual a origem do desejo dentro de si, fazendo com que se conduzam cegamente, competindo e “pisando” um nos outros, criando um panorama desleal e desprovido dos devidos valores morais. E como lidar com um cenário tal qual como este? Talvez seja um começo reconhecer os elementos existentes no próprio repertório intelectual e emocional, e passar a conhecer os verdadeiros potenciais e limitações através da análise das origens e principais processos na vida.

Um desses processos é incontestavelmente a educação, proveniente não apenas dos pais, mas também da instituição escola, que faz parte da vida do ser humano desde a infância até o final da adolescência. Se pode aferir que a influência da escola é tão importante quanto a influência da família no que diz respeito à educação, à promoção do **autoconhecimento**, ao reconhecimento de suas repulsas e atrações, ao reconhecimento de suas facilidades, limitações e potencialidades e, principalmente, no que diz respeito a **escolha profissional**. Só é possível conhecer o papel ideal na sociedade e na vida ao conhecer primeiro a si próprio e, neste sentido, as escolas brasileiras poderiam contribuir muito mais do que hoje contribuem.

## 2. JUSTIFICATIVA

Considerando que a escola é a instituição mais importante na vida do sujeito depois da família, como avaliar sua real eficácia já que existem distintos modelos de ensino vigentes no Brasil e no mundo? É a escola quem conduz a transição do jovem para a vida adulta, pois ao longo de anos o prepara para tomar a primeira grande decisão de sua vida: a escolha da carreira. Da profissão virá seu retorno financeiro e uma significativa influência em seu estado emocional. Nela se dedicam inúmeras horas diariamente, além de trazerem possibilidades ou limitações, segundo as características e exigências de cada uma. A pergunta que cabe é: que tipo de experiências e processos seriam necessários para que um jovem, em torno dos seus dezessete anos de idade, escolha de forma prudente e confiante uma profissão que impactará diretamente sua vida? Onde se encontra o orientador profissional nos modelos de ensino vigentes no Brasil? Além disso, seriam estes modelos eficazes para suprir o jovem daquilo que necessita para seu amadurecimento pessoal e profissional nas atuais circunstâncias e demandas da sociedade? Não seria o mais adequado modelo educacional aquele que melhor o prepara para a escolha de carreira, na qual certamente se desenvolverá mesmo diante das dificuldades e desafios do mundo contemporâneo?

Com tamanho predomínio do capitalismo e da sociedade de consumo; com o crescimento das influências marqueteiras por meio da tecnologia, bem como as fortes influências do estabelecimento de novos padrões sociais a serem alcançados; com a diversa e peculiar realidade que os jovens vivem, dificilmente compreendida pelos pais; com o tempo cada vez mais escasso que os próprios pais passam com os filhos devido ao excesso de trabalho e a fluida realidade; com a cada vez mais deficiente orientação parental; com o constante aumento da população mundial e competitividade; com o aumento da complexidade e especificidade que definem e exigem as profissões – a importância da educação e da orientação profissional confia à escola um papel essencial na vida das crianças e dos jovens, pois estes fatores interagem e impactam diretamente no funcionamento de suas vidas, da comunidade local e do mundo.

### 3. OBJETIVOS

O objetivo principal deste trabalho é analisar criticamente o modelo educacional que predomina no Brasil ao compará-lo com modelos educacionais estrangeiros, buscando evidenciar como o papel da Orientação Profissional (OP) é por eles desempenhado, e quais aspectos presente neles melhor preparam os jovens na transição para a vida adulta. Afim de cumprir tal análise, os objetivos secundários são mostrar o impacto destes diferentes modelos na vida do sujeito, apontando como a OP se insere na legislação educacional brasileira.

### 4. REFERENCIAL TEÓRICO

#### 4.1 O ADOLESCENTE, A FAMÍLIA E A SOCIEDADE

A adolescência é um período de grandes transformações na vida de um jovem, onde este passa a vivenciar experiências que começam a introduzi-lo ao mundo adulto, tais como as mudanças fisiológicas de seu corpo, suas primeiras experiências sexuais, a consolidação de amizades, a percepção mais ampla do mundo real, a aquisição gradual de responsabilidades e, principalmente, a conflituosa tarefa de optar por uma carreira. Além disso, esta etapa na vida do sujeito é precedida por anos de interação na escola, com amigos, familiares e, principalmente, com os pais, que depositam suas expectativas e angústias na criança desde seu nascimento (KROM, 2000 apud ALMEIDA, PINHO, 2008). Todos estes fatores contribuem para a formação da subjetividade e da personalidade do sujeito, que tendem a se intensificar na adolescência.

Segundo Erikson (1972), a principal tarefa da adolescência é a resolução da crise *Identidade x Confusão*, onde uma ligação deve ser estabelecida entre o passado e o futuro – “quem fui quando criança e quem serei quando adulto” – podendo, desta forma, traçar planos coerentes para a vida adulta. Podemos considerar a adolescência como um elo de transição do mundo infantil para a maturidade, que se dá por meio do crescimento a partir da resolução positiva

das crises e conflitos pelos quais passa. Para Bohoslavsky, “a adolescência é um período de *crise, transição, adaptação e ajustamento*”, sendo que:

[...] nas mudanças implícitas na passagem da infância à idade adulta, o indivíduo deve encontrar maneiras diferentes de se adaptar a áreas e níveis diversos, e encontrará, nesse processo, dificuldades cuja magnitude determinará uma adolescência mais ou menos conflituosa, mais ou menos tensa (BOHOSLAVSKY, 1998, p. 29-30)

Neste sentido, a dificuldade da escolha está implícita, não apenas pelo período da vida do jovem, mas pela lógica de que escolher algo implica em deixar uma série de outras coisas para trás. E o adolescente, em meio a tantos conflitos, faz suas escolhas com que clareza?

Considera-se que o adolescente vem por toda sua vida sofrendo influências dos próprios pais, influências estas que irão impactar diretamente sua identidade em relação ao mundo percebido. Ainda que os pais não interfiram diretamente na tomada de decisão do filho dizendo-lhe qual caminho seguir, de forma indireta suas influências já estão registradas em seu inconsciente, considerando o relacionamento íntimo e constante de toda uma vida. A dinâmica da família pode tanto facilitar quanto dificultar a escolha de carreira do jovem pois, diante de um período tão peculiar como a adolescência, o jovem tende a buscar o apoio e a aprovação dos pais – responsáveis por seu sustento, educação e transmissão de valores. Não é incomum que os pais, ao invés de ajudarem seus filhos na reflexão a respeito da escolha de carreira, imponham à eles uma profissão a qual não lhe agrada. E por vezes, são tão alheios e indiferentes quanto à este período e processo, que o deixam inseguro e desamparado (SANTOS, 2005 apud ALMEIDA; PINHOS, 2008).

Ao meio desta dinâmica íntima e familiar, percebe-se uma realidade social que se transforma progressiva e drasticamente em cada vez menores espaços de tempo. Há sessenta anos atrás a tecnologia acessível à população ainda dava seus primeiros passos, a comunicação ainda era precária, o acesso à informações era pífio comparado a hoje, e a globalização ainda era um fenômeno em fase de gestação. Por estes motivos, havia menos distrações e as pessoas interagiam mais, tornando os eventos e os processos da vida mais “lentos” e marcantes. Os relacionamentos afetivos demoravam mais a quebrar as primeiras barreiras, os estímulos comerciais eram significativamente menores, e a busca pelo estabelecimento de novos padrões sociais não eram tão compulsivos e desejáveis como hoje.

Em 1960, a população mundial, segundo dados da ONU (2014), era menos da metade do que é hoje (em torno de 3 bilhões de pessoas), havendo conseqüentemente menos competitividade no mercado de trabalho e menos pressão na escolha da carreira. Atualmente, a população mundial se encontra em aproximadamente 7 bilhões e trezentos milhões de pessoas (ONU, 2014), viventes em um mesmo planeta esférico com espaço limitado, interconectadas em tempo real, e “banhadas” por milhões de informações que alcançam os mais longínquos lugares. A rapidez e facilidade de acesso à informações e conhecimentos permite que qualquer criança com o mínimo de desenvolvimento motor possa acessá-las, algo que era inconcebível há poucos anos atrás. Esta interconexão imediata que a modernidade proporcionou a espécie humana coloca em constante conflito dois extremos da intencionalidade: de um lado as influências da globalização e, do outro, as disposições pessoais (GIDDENS, 2002). É crucial neste trabalho considerar como o adolescente, vivente de um conflito natural da própria idade, lida com tamanhas demandas sociais.

Atualmente todas as interações sociais estão mais imediatistas e *fluidas*, encontrando espaço de atuação apenas na superfície dos relacionamentos, e a grande força de atração que contribuiu para a persistência deste fato é, sem dúvida, a “virtualidade” que veio a dominar todos os aspectos da atividade humana. Segundo as palavras de Giddens (2002, p. 9), “a modernidade altera radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afeta os aspectos mais pessoais de nossa existência”. Esta “realidade virtualizada” passou a ser a nova realidade do século XXI, percebida no Brasil e em todos os países do mundo. O destaque, entretanto, é na velocidade em que esta emergiu e se instaurou. Como cita Lemos (apud ALMEIDA; PINHO, 2008):

O adolescente em permanente reconstrução interna deve acompanhar essas mudanças e precisa se posicionar diante delas. Entretanto, observamos que os mesmos vêm sendo “bombardeados” por informações que nem sempre contribuem para a constituição de uma identidade genuína (Lemos, 2001: 29)

Dito isso, é questionável o quanto os pais de hoje em dia conseguem compreender o mundo em que seus filhos vivem e as demandas que enfrentam. Conseguiriam eles compreender realmente o quão disseminado está o uso de drogas recreativas? O quão banalizado está o sexo? O quão superficiais estão os relacionamentos? O quão difícil é escolher uma profissão em meio de toda a pressão e competitividade existente em uma sociedade que oferece infinitas possibilidades de empregos? O capitalismo se desenvolve ditando os novos padrões

de consumo, a tecnologia se desenvolve envolvendo seus usuários como “joguetes” de um elaborado mecanismo social, e as bilhões de pessoas competem deslealmente entre si ao tentarem desenvolver-se individual e egoisticamente neste cenário, acrescido de intermináveis crises políticas, econômicas, guerras e injustiças. Irão todas elas triunfar?

Segundo dados da Fundação Joseph Rowntree apontados por Bauman (2005), o número de jovens que sofrem depressão vem crescendo, e as principais causas aferidas são provenientes dos relacionamentos supérfluos e isolacionistas da *modernidade líquida* e o desemprego (BAUMAN, 2005, p. 17-18). De qualquer forma, os adolescentes de hoje, e aqueles por vir, terão de enfrentar cada vez mais uma dura e competitiva realidade no quesito profissional, sendo sua maior preocupação, como já dizia Bauman (2005), em estabelecer-se em um emprego sem se preocupar em demasia com suas exigências, considerando que o simples fato de estar empregado nas atuais circunstâncias da modernidade já se caracteriza como uma grande conquista. E talvez a melhor descrição do contexto social que os jovens irão enfrentar com cada vez mais intensidade seja a do próprio autor:

Esse é, em linhas bem gerais, o ambiente da vida contemporânea. Os “problemas do refugio (humano)<sup>1</sup> e da remoção do lixo (humano)” pesam ainda mais fortemente sobre a moderna e consumista cultura da individualização. Eles saturam todos os setores mais importantes da vida social, tendem a dominar estratégias de vida e a revestir as atividades mais importantes da existência, estimulando-as a gerar seu próprio refugio *sui generis*: relacionamentos humanos natimortos, inadequados, inválidos ou inviáveis, nascidos com a marca do descarte iminente (BAUMAN, 2005, p. 14-15 ).

## 4.2 LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Assim como todo país que preze pelo seu crescimento e desenvolvimento social, o Brasil possui em sua legislação vigente fundamentos que idealizam um modelo padrão de educação nacional, o qual deveria ser implementado na totalidade das instituições que com ela trabalham. A *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)* incorpora exatamente os princípios que o poder legislativo do Brasil entendeu como o mais adequado para a população

---

<sup>1</sup> Seres humanos refugados; os “excessivos” e “redundantes”, ou seja, os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar, é um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade. É um inescapável efeito colateral da *construção da ordem* e do *progresso econômico* (BAUMAN, 2005, p. 12).

e cultura brasileira, considerando, ao menos em teoria, as condições políticas e econômicas para sua implementação. Haja vista a realidade atual, percebe-se que a prática ainda se encontra muito distante da teoria idealizada pelos governantes e, além disso, parece não estar sendo considerada a peculiar realidade que hoje se instaurou devido à expansão tecnológica, o acelerado crescimento populacional, e às exigências pessoais e profissionais com as quais os sujeitos se deparam – fatos estes que vieram a transformar muito dos antigos moldes sociais.

Ao se pensar na realidade que circunda os alunos, futuros colaboradores desta sociedade, há que se considerar o processo que facilita sua transição do ensino médio para os primeiros passos de sua vida profissional. Será o ensino superior o mais adequado para a realidade pessoal e cultural de determinado sujeito? Se sim, qual seria o curso ideal e o caminho a ser tomado dentro de suas características? Teria um jovem com idade média de 17 anos plenas capacidades, ou o suporte familiar necessário, para tomar uma decisão que determinará seu futuro?

Na seção IV da LDB, “Do Ensino Médio”, o inciso II do Art. 35, Capítulo II, diz que o Ensino Médio tem como uma de suas finalidades “*a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores*”. A grande questão que se faz aqui é: dada esta importância, onde estão os profissionais responsáveis por desempenhar esta função na escola?

As diretrizes que regem o Ensino Médio são as mais relevantes para o trabalho em questão, pois é justamente nesta última etapa do ensino que se dá a escolha de carreira, e onde o Orientador Vocacional teria um papel fundamental a desempenhar. No entanto, é inviável dissertar sobre o processo de Orientação Profissional no ensino médio sem ao menos considerar todo o processo precedente da educação em diferentes modelos de ensino, ou seja, a educação infantil. A LDB cita as diretrizes, mas cabe um olhar crítico para avaliar qual modelo as cumpre. Quanto ao Art. 35 da seção IV, Capítulo II, mais dois incisos se destacam pela importância que possuem nesta discussão. Cita que outras finalidades do Ensino Médio são:

- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Além disso, a medida provisória nº 746, de 2016, também passou a incorporar a seção IV, “Do Ensino Médio”, e seus ditames se referem à obrigações das instituições de ensino que são relevantes para este trabalho. Ela diz que:

§ 5º Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para a sua formação nos aspectos cognitivos e sócio-emocionais, conforme diretrizes definidas pelo Ministério da Educação.

Tendo em vista o contexto percebido no cotidiano, constata-se que os pontos citados acima não conseguem se estabelecer na realidade (principalmente na rede pública), com exceção rara de alguns casos. As leis indicam o caminho certo, mas sua execução é falha, ficando o ensino de qualidade atribuído apenas à poucas instituições privadas. Desta ótica, os diferentes modelos de ensino, que possuem a LDB como base sob diversas interpretações, desempenham um papel de se tentar atingir os ideais por ela propostos – considerando, obviamente, a qualidade dos serviços dos profissionais que os executam.

Independente das diferenças existentes entre um modelo e outro no Brasil – sendo de rede pública ou privada –, o que se percebe é a incapacidade geral de conseguir preparar o jovem de modo individualizado para sua ideal inserção na comunidade adulta, que acontece por meio do ingresso em universidades ou cursos técnicos, ingresso direto no mercado de trabalho, e com a apropriação de responsabilidades. Embora a princípio possa parecer distante, os aspectos pessoais da vida do sujeito influenciam muito na escolha de carreira, e o olhar do orientador profissional deve estar voltado para eles. Talvez por essa razão o uso de métodos e técnicas psicológicas na área de orientação e seleção profissional tenha ficado de uso exclusivo dos psicólogos, após a criação desta profissão, designada pela lei 4.119, de 27 de agosto de 1962 (SILVA, 2010). É compreensível que o psicólogo possa ter maior repertório no desenvolvimento desta função, no entanto, assim como não se encontram psicólogos nas redes de ensino, também não há orientadores profissionais.

Outra questão legislativa citada por Silva (2010) é a criação do decreto 72.846, de 26 de setembro de 1973, que “cria a profissão de orientador educacional como uma habilitação do curso de Pedagogia”, no entanto, suas possibilidades de atuação nesta área são limitadas pela própria profissão, pois ainda permanecem de uso exclusivo do Psicólogo os instrumentos de avaliação psicológica para investigar as aptidões, instrumentos de avaliação da personalidade e de habilidades (SILVA, 2010). Com isso, temos um cenário onde os poucos profissionais

que atuam em orientação educacional dentro das escolas são ainda pouco capacitados, enquanto os Psicólogos, que detém a maior capacitação para tal função, limitam sua atuação em consultórios privados e em alguns poucos setores que prestam este serviço voluntariamente. Estas “amarras” da legislação simplesmente não favorecem para que o orientador profissional apareça nas escolas.

O projeto de lei PL 6840/2013 entrou em vigor em 22 de setembro de 2016 como uma medida provisória, anunciada pelo governo federal como os novos planos de meta para a reforma do ensino médio. A proposta da reforma ganhou grande destaque nos meios acadêmicos devido a alguns pontos considerados, por muitos, controversos. Algumas ressalvas a respeito desta reforma valem a pena serem mencionadas. Segue abaixo um breve resumo de algumas mudanças propostas:

- i. A carga horária que antes era de 800 horas passará a ser de 1.400 horas obrigatórias para todos os três anos do ensino médio, passando a ser, portanto, integral;
- ii. Educação artística, educação física, filosofia e sociologia não serão mais obrigatórias no ensino médio, havendo maior concentração nas áreas de linguagens, ciências da natureza, matemática, ciências humanas e formação técnica e profissional;
- iii. A língua estrangeira, inglês, passa a ser obrigatória;
- iv. Passa a ser permitido que as redes de ensino e escolas contratem “profissionais de notório saber” para dar aulas “afins a sua formação”, não mais sendo obrigatório que os profissionais de educação tenham diplomas na área pedagógica

(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013).

Apesar destas reformas, a medida provisória que as instaura implica que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) deverá definir o currículo do ensino médio. No entanto, ainda assim as escolas de ensino privado e público terão autonomia para montar seu próprio currículo e método, dentro de suas próprias capacidades estruturais, financeiras e ideológicas (RODRIGUES, 2016).

Outra mudança da reforma é com relação ao conteúdo cobrado pelas universidades nos vestibulares, que atualmente são livres para definirem aquilo que bem quiserem, tendo apenas como base a própria exigência do ensino médio. A proposta é que a BNCC passe a definir também aquilo que será cobrado, reduzindo a autonomia das universidades para selecionar o

público ingressante e, unificando, de certa forma, o nível de exigência e os conteúdos cobrados (RODRIGUES, 2016).

### 4.3 MODELOS EDUCACIONAIS

A LDB de fato dita padrões básicos e idealizados de como a educação brasileira deveria ser, no entanto, não apenas na prática suas leis e diretrizes se tornam inviáveis de serem aplicadas na totalidade, como também diferentes modelos educacionais são resultantes dela. A legislação do Brasil permite que diferentes conceitos de educação sejam empregados pelas instituições devido à liberdade de interpretação da LDB. Diferentes estados possuem realidades e demandas culturais muito distintas uma das outras e, por este motivo, um ou outro conceito sobre como a educação deveria se dar na prática diferem entre os modelos.

A LDB fundamenta e regulamenta a educação em todos seus aspectos, desde exigências curriculares e carga horária mínima, até às obrigações do Estado para com os alunos. O que interessa para este trabalho são os pontos que concernem a modulação da base da educação nacional em relação à realidade social brasileira, estando eles presentes ou não. Em 2013, a Lei Nº 12.796 incorporou à LDB o Art. 26 ao Capítulo II, que diz:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Este dado mostra o quanto já começa a se pensar não apenas na diversidade cultural que envolve cada indivíduo, mas também nas diferentes demandas que enfrentam em realidades sociais tão distintas uma das outras. Talvez o principal aspecto a ser ressaltado aqui seja a liberdade atribuída às instituições locais em terem um olhar mais próximo às circunstâncias e contexto de seus alunos, considerando a subjetividade individual constituída a partir de sua relação com o meio onde vivem.

A legislação brasileira permite que modelos educacionais estrangeiros possam atuar no Brasil, ainda que estes ainda devam seguir a LDB como um guia básico. O que de fato muda são as

formas alternativas de como entendem que deve ser o processo de educação para que possam cumprir as metas nela estabelecidas.

O que vem sendo empregado nos modelos atuais de ensino, principalmente no Brasil, é a transmissão do conhecimento por meio da fala, onde o aluno assume uma posição passiva de ouvinte e, a partir dela, deve memorizar sem ser estimulado a questionar, e buscar entender o que foi dito. O conhecimento transmitido é, portanto, massificado, haja vista que grande parte dele não possui nenhum valor intrínseco ao desenvolvimento do sujeito, sem mencionar que algumas áreas, como história por exemplo, se encontra em constante redescoberta pela ciência moderna. Esta forma de se tentar educar e orientar despreza as diferenças individuais que tendem para caminhos diversos, pois todos são tratados como se tivessem os mesmos desejos, os mesmos limites e as mesmas potencialidades.

Talvez o baixo aproveitamento constatado nas escolas atualmente seja sinal de um modelo de ensino falido, já desgastado pelo tempo e esgotado em seu alcance por não mais conseguir se adaptar à estudantes de uma era moderna, tão diferente daquela que existia há décadas atrás. A escola tradicional, tal como é conhecida, tem como premissa básica a passividade do aluno, onde o professor assume uma postura relativamente “militar” para transmitir um conhecimento simplificado das diversas áreas do saber, o qual deve ser decorado. No entanto, esse modelo de ensino não é mais rígido como costumava ser – considerando que a rigidez e disciplina são fundamentais para que este funcione apropriadamente (LEÃO, 1999).

Atualmente o número de alunos é consideravelmente maior do que antes. A interatividade e atividades lúdicas nunca foram tão necessárias e requisitadas diante das atuais circunstâncias ambientais da escola, e a profissão do professor, além de incapacitada e desatualizada para lidar com as demandas, sofreu uma progressiva desvalorização do governo brasileiro ao longo dos anos.

Neste contexto, ainda se faz necessário considerar a presença inevitável da tecnologia, a qual pode vir a modificar a relação professor-aluno, estando presente a nível pessoal ou como uma possibilidade de metodologia para o ensino. Esta pode funcionar como uma ferramenta útil ou como uma grande distração, constituindo problemas ou oportunidades, a depender do modo como se lida.

Como bem disse Paulo Freire:

A própria posição da nossa escola, de modo geral acalentada ela mesma pela sonoridade da palavra, pela memorização dos trechos, pela desvinculação da realidade, pela tendência a reduzir os meios de aprendizagem às formas meramente nocionais, já é uma posição caracteristicamente ingênua. (FREIRE, 2014, p. 125)

#### 4.4 ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCOLA

Em uma sociedade capitalista o que importa para o governo é a força de trabalho que gera produtividade e, conseqüentemente, riquezas e crescimento para o país. O ser-humano – ser subjetivo, carregado de emoções e aspirações advindas de sua trajetória de vida – é quem opera este complexo mecanismo econômico-social. Os legisladores, afim de cumprir sua função, tendem a olhar para a situação nacional de forma abrangente e objetiva, fazendo considerações acerca de quais partes deste mecanismo poderiam ser modificadas para que pudesse haver um melhor resultado. Portanto, metafórica e resumidamente falando, as pessoas são meras “peças” de uma articulada “engrenagem” que visa lucro e, como toda “peça”, seu funcionamento é mais eficaz se estiver operando onde mais for adequado, segundo suas próprias e naturais características.

Se é função dos legisladores estabelecer guias de funcionamento das estruturas sociais, é função dos trabalhadores operar sob elas. A partir esta ótica, o Orientador Profissional desempenha sua função dirigindo-se a cada uma dessas “peças”, certificando-se de que encontrarão seu local exato dentro do sistema, onde possam operar no máximo de sua eficiência, e desenvolvendo-se no limite de suas potencialidades. Obviamente, o olhar deste profissional não é o mesmo dos governantes – distante e objetivo – e sim investigativo, próximo, humano e, principalmente, **subjetivo**.

Embora o Orientador Profissional reconheça a importância que sua função possui para o sistema, seu foco é buscar promover a **auto-realização** e o **bem-estar** do sujeito por meio de reflexões que o levem ao **auto-conhecimento**, ainda que todos estes aspectos sejam subjetivamente relativos. Afinal de contas, o Psicólogo visa a promoção da saúde e, quando trabalha com OP, deve partir desta premissa para conseguir auxiliar as pessoas a fazerem uma escolha mais lúcida e madura acerca de sua carreira – partindo de suas destacadas aptidões, situações de vida e perspectivas para o futuro (BOCK; PRIMI e cols. apud AMBIEL; NORONHA, 2006).

Na LDB há algo sobre a Educação Superior que se destaca no Capítulo III, Art. 43, inciso II. Diz que a Educação Superior tem por finalidade “formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua”. Absolutamente plausível tal idealização, no entanto, discutiremos mais adiante em “como” esta ideia pode vir a se materializar eficazmente.

Um ser humano não é um mero objeto com o qual pode-se lidar objetivamente, portanto, um graduado no ensino superior deveria ter optado por algo com o que tenha prazer de trabalhar. Considerando sua **subjetividade**, quanto maior for sua **auto-realização**, tanto maior será sua eficácia com a qual prestará seu serviço à comunidade, contribuindo para a melhoria das articulações sociais e estruturais de seu país. Para o cumprimento destes ideais, o Orientador Profissional possui um papel fundamental no momento de escolha de carreira dos jovens.

E qual seria a razão pela qual este profissional praticamente não aparece nas redes públicas e privadas de ensino? Seria seu papel como educador menosprezado dentro das escolas, ou seria simplesmente uma questão de custo? As razões podem ser diversas, no entanto, sua importância vai muito além do que ordinariamente é concebido. A realidade é que a extensão de atuação da OP limita-se às classes média e alta, ficando as classes baixas desprovidas desse serviço – destacando que, esta última, demanda uma maior atenção dada as peculiaridades da realidade dos indivíduos que a constituem (RIBEIRO, 2003). Cita Ferretti (1988):

Que papel cabe à Orientação Profissional frente às crianças e adolescentes que, pela sua condição de classe, enfrentam enormes obstáculos para se situarem profissionalmente? Essa é uma das questões cruciais que essa área educativa vem enfrentando entre nós, na última década” (FERRETTI apud Ribeiro, 2003).

A educação e o preparo para a vida profissional são a base de nossa sociedade em todos os aspectos da vida humana: políticos, sociais, culturais e econômicos. Portanto, não se pode ignorar o efeito causal de que todos estes setores são construídos a partir do individual e do subjetivo que, conseqüentemente, afeta o coletivo e o mundo objetivo dos bens de consumo.

Há que romper o círculo vicioso por algum ponto. E o ponto básico é o dos investimentos. É necessário, pois, tornar a decisão histórica de definir a educação como prioridade social e política número 1, passando a investir imediata e fortemente na construção e consolidado de um amplo sistema de educação. (SAVIANI, 1999, p. 5)

Ainda que o foco primário da Orientação Profissional neste trabalho seja evidenciar sua ausência nas redes de ensino, talvez a concepção de como estar presente também devesse ser repensada. Sua superficial e breve existência nas escolas como simples e diretamente ligada à escolha de um curso é incapaz de suprir as reais demandas do público jovem, principalmente aquele pertencente às classes de baixa renda – grande maioria no Brasil. Existem mudanças que podem ser feitas na forma atualmente utilizada para se tentar ensinar, como, por exemplo, mudanças no currículo escolar que promovam atividades dinâmicas afim de aproximar o jovem ao real mundo do mercado de trabalho, fornecendo elementos que os tornem confiantes a terem ideais a partir da consideração inteligente das inúmeras possibilidades que a sociedade pode oferecer (PELLETIER apud RIBEIRO, 2003).

Comumente, o objetivo principal dos pais é conseguir sustento para sua família e, para o conseguirem, trabalham arduamente por inúmeras horas semanais, tornando-se com frequência cansados, ansiosos e tensos. Como consequência, a educação e orientação de seus filhos fica relegada a segundo plano – prejudicada.

O jovem de escola pública espera um auxílio com relação à inserção imediata no mercado de trabalho, pois falta informação do que existe e de como proceder. Nesse sentido, continua a trajetória dos pais, que estão em sua maioria inseridos no setor de comércio e serviços [...] (RIBEIRO, 2003)

Por outro lado, a escola – segunda instituição mais importante na vida do sujeito depois da família – tem como objetivo único e exclusivo a educação e a orientação de seus alunos. Os profissionais que nela trabalham vivem de perto a realidade social e suas contínuas transformações com uma perspectiva diferente da dos pais, sabendo melhor onde atuar e podendo orientá-los em relação a muitos aspectos que lhes são alheios, ou que lhes falta repertório para lidar. Porém, por vezes a escola é menosprezada, e sempre existe a possibilidade de os profissionais que nela trabalham serem pouco capacitados para exercerem a função de educador, e muito menos de orientador profissional.

Ao invés de agarrar-se a modelos tradicionais de ensino falidos que não mais compreendem a dinâmica da vida do sujeito na sociedade contemporânea, talvez a escola, como instituição educadora, devesse se adaptar aos novos padrões da realidade social, moldando sua forma de ensino à ela, incorporando a OP como sua principal ferramenta. “Os orientadores

profissionais necessitam recriar suas práticas, pois senão a Orientação Profissional estará fadada a se restringir ad infinitum a uma pequena parcela da população” (SILVA, 1995; MÜLLER, 1997 & CARVALHO, 1995 apud Ribeiro, 2003).

## **5. MÉTODO**

A análise crítica terá como método a comparação entre diferentes modelos, abordagens e ferramentas educacionais, nacionais e estrangeiras, utilizando para isso referenciais teóricos sobre educação e a importância da orientação profissional no processo de escolha de carreira do adolescente na sociedade contemporânea.

## **6. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **6.1 CRÍTICA AO ATUAL MODELO EDUCACIONAL BRASILEIRO**

#### **6.1.1 METODOLOGIA E EVASÃO ESCOLAR**

Segundo dados do Banco Mundial (2016), os jovens da atual sociedade brasileira abandonam o ensino médio, em sua grande maioria, por desinteresse, pois consideram que o conhecimento que obtém não é importante para a sua vida nem para a construção de sua carreira. Temos um contexto onde a vida do ser humano comumente é permeada em algum nível por dramas familiares, traumas, dificuldades físicas e financeiras, eventos afetivo-emocionais, pressões e frustrações – e, não fosse isso o bastante, o sistema educacional que toma grande parte do tempo das crianças e dos jovens não contribui com um método prazeroso de ensino que faça despertar o interesse destes sujeitos por conhecimento, principalmente naqueles pertencentes às classes sociais mais pobres.

Contribuindo para a continuidade destas aversões, a grande maioria das escolas brasileiras ainda adotam o modelo de um grande número de disciplinas lecionadas ao longo de extensas

horas de aulas expositivas, a qual deve ser copiada e decorada pelos alunos. Apenas esta limitada competência cognitiva é estimulada, enquanto aspectos como a participação ativa, a socialização, o despertar do interesse genuíno, a inspiração e a motivação para aprender e crescer, são deixados de lado.

Qual a necessidade de empreender esforço para memorizar e acumular informações se estas atualmente se encontram a poucos cliques de distância? Não seria este o pensamento do jovem moderno? O Doutor em Educação, membro da Academia Brasileira de Letras e Presidente da CIEE/RJ, Arnaldo Niskier, proferiu um argumento notável quando disse que *no mundo atual e futuro, é mais relevante a atitude de uma pessoa diante de uma pergunta para a qual ela não tem resposta, porque o acesso à informação não é mais crítico.*

Os avanços tecnológicos nos dão a medida exata de que a memorização de conhecimentos é, atualmente, injustificável, pois o próprio conhecimento é rapidamente superado por outro mais novo, tornando velho e obsoleto aquilo que se aprendeu ontem. O que devemos esperar é que os estudantes desenvolvam competências básicas que lhes darão condições de continuar aprendendo e transferindo seus conhecimentos para situações reais do dia a dia de suas vidas (NISKIER, 2016).

Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Ayrton Senna e pelo Insper (2016), o avanço da escolaridade no país nas últimas décadas não foi acompanhado do aumento esperado de eficiência do trabalhador brasileiro, mostrando que anos a mais de ensino no Brasil não refletiram ganhos na economia como se esperava. Tendo como exemplo outros países, entre 1980 e 2010, a Paridade de Poder de Compra (PPC) do profissional brasileiro por ano a mais de estudo foi de apenas US\$200,00 por trabalhador, contra US\$3.000,00 no Chile, US\$3.500,00 na China, e US\$6.800,00 na Coreia do Sul (FRAGA, 2016).

Para o economista Ricardo Paes de Barros, líder desta pesquisa, a escolaridade não ter impacto positivo sobre a produtividade do país implica diretamente na má qualidade do conteúdo e do ensino das escolas brasileiras. Obviamente este não é o único fator a ser considerado, no entanto, nos últimos anos o Brasil vem se tornando uma economia que cada vez mais se utiliza de mão de obra pouco qualificada que, por um lado, diminui a desigualdade de renda, mas por outro, evidencia que o trabalho a curto prazo é mais atrativo que o estudo. Neste contexto, a escola perde sua força ao não incentivar e promover a importância da aquisição de novos conhecimentos (FRAGA, 2016).

A mesma pesquisa ressalta o elevado número de evasão escolar que confere credibilidade às conclusões até aqui chegadas. “O estudo mostra que, a cada ano, mais de um quarto dos jovens brasileiros de 15 a 17 anos tem um dos seguintes destinos: nem se matriculam na escola (15%); abandonam os estudos (7%) ou são reprovados por falta (4%)” (FRAGA, 2016). Há que se considerar implícito nestes dados, fatores como a pobreza, distância entre o jovem e a escola, gravidez precoce e outros fatores sociais, porém, não devemos inocular totalmente o sistema de ensino diante de dados tão alarmantes.

A citada pesquisa compreende apenas um limitado período da vida dos jovens e analisa uma fração dos alunos, mas e quanto aos outros três quartos deles? Com que qualidade o ensino médio é concluído? Qual marca este ensino terá deixado em suas vidas? Terão sido os jovens estimulados a continuar estudando? Paes de Barros e seus coautores ressaltam que, além do já citado, um grande motivo para a evasão escolar é a “falta de interesse consciente do jovem pela educação formal”, maximizada pela falta de flexibilidade do currículo do ensino médio e por falta de informações adequadas (FRAGA, 2016).

Segundo dados do IBGE, atualmente “um em cada cinco jovens de 15 a 19 anos não estuda nem trabalha” (NISKIER, 2016), e este fato somado aos anteriormente mencionados, constituem em si um grande “sintoma” de uma séria “doença”: os falidos métodos pedagógicos que afastam os jovens da escola e corroem pouco a pouco o vigente sistema educacional brasileiro. Principalmente no ensino médio, onde os jovens já possuem maiores capacidades críticas e estão a poucos passos do mercado de trabalho, o esquema rígido não contribui para que hajam salas cheias de alunos satisfeitos e participativos. Aliás, aproximadamente metade deles se encontram fora das escolas, especialmente as localizadas nas regiões mais pobres do país (NISKIER, 2016).

A verdade é que tanto a educação, quanto os educadores, são menosprezados no Brasil. Muito se fala, muito se planeja, mas nada de fato se concretiza. A LDB, que possui 92 artigos originais, já sofreu 35 alterações legais desde sua criação. As metas estabelecidas pelo governo para melhorar a qualidade da educação pública serão inatingíveis se o “como” não for reconhecido em cada realidade local, e as devidas ações tomadas (NISKIER, 2016).

A LDB tornou-se uma bonita e colorida colcha de retalhos. Só um gênio pode guardar de cabeça tantas e diversificadas normas, com um pormenor que deve ser mencionado: virou moda, como se fez no natimorto Plano Nacional de Educação, estabelecer metas exuberantes para o futuro, como se tem feito sistematicamente com a erradicação do analfabetismo. Se não ocorrer o que se prevê, a quem caberá a culpa? (NISKIER, 2016, p. 6-7)

Em 2015, o Pisa, a mais importante avaliação internacional da educação básica do mundo, aplicou uma prova em estudantes de 15 e 16 anos de 70 países e, no que se refere ao Brasil, constatou-se que “os alunos de escolas particulares possuem resultados superiores a média nacional”. No entanto, estes ainda permanecem muito abaixo da média quando comparados com países mais ricos. Foram avaliados os campos da leitura, ciências e matemática, sendo que o Brasil ficou ranqueado nas posições 59º, 63º e 65º, respectivamente, dos 70 países da pesquisa (SALDAÑA; CANCIAN, p. B4, 2016a).

Além de ficar longe do topo, o Brasil também é superado por nações com contextos parecidos. Colômbia e México tem proporções de alunos pobres similares (mais de 40% do total) e investimento por aluno inferior, mas tiveram resultados melhores. Até os indicadores de repetência escolar da Colômbia são mais graves que os do Brasil. O que não impediu de o país superar os brasileiros em 2015 (SALDAÑA; CANCIAN, 2016, p. B1).

Com isso, é possível afirmar que a educação brasileira está entre as piores do mundo. Ainda que o desempenho dos alunos de escola particular tenha sido superior ao dos de escola pública, a diferença não foi expressiva, podendo inferir que a estrutura educacional e a formação de professores – fator comum de ambas – se encontram em crise, sendo os principais responsáveis por este pífio e triste desempenho.

## 6.1.2 O PAPEL DOS PROFESSORES

Sempre que se faz uma crítica ao ensino, o professor acaba tornando-se peça central da discussão e, enquanto muito se discute sobre sua formação, muito pouco se fala sobre suas reais capacidades compreensivas para lidar com um público jovem e participante de uma sociedade tecnologicamente avançada. Com a globalização, a rapidez de informações e a fluidez nas relações sociais permeiam a vida humana, portanto, as qualidades que deve possuir um professor não são mais as mesmas dos anos 60 – época esta em que a rigidez e a transmissão do conhecimento objetivo e direto ainda funcionava. Os alunos do século XXI já possuem meios de acessarem todas informações necessárias, mas não conseguem enxergar uma razão para aprendê-las e uma forma de articulá-las na vida cotidiana.

Nos dias de hoje, as distrações, a quantidade de estímulos, as pressões sociais e os padrões de relacionamentos, constituem uma realidade muito diferente daquela existente há duas décadas atrás – passado recente de nossa história. Talvez o ambiente escolar devesse ser mais acolhedor do que repressor, e o professor mais estimulante do que punitivo, compreendendo que o aluno sente necessidade de ver significado no processo educacional, e de identificar os potenciais a serem desenvolvidos dentro de si. Tanto os diretores quanto os professores devem considerar que competir com os estímulos que vivem fora dos muros da escola e na palma da mão dos alunos (em celulares e *tablets*) não é tarefa fácil, ao menos que parem de considerá-los inimigos, e passem a fazer deles seus aliados no ensino.

Se o professor não tiver uma atualização permanente, perderá a batalha da eficiência. Haverá alunos com conhecimentos mais avançados – e isso provoca uma situação incômoda em sala de aula. Vivemos um mundo de imersão digital, com as suas características de portabilidade, interatividade, conectividade e multifuncionalidade. Quem não estiver preparado para isso terá dificuldades, talvez insuperáveis, para exercer com brilho a sua missão (NISKIER, 2016).

Não há dúvida que, independente do modelo pedagógico, o professor reconhecidamente possui um papel central como mediador do conhecimento, porém o que esperar dos protagonistas de uma profissão que é recompensada com os salários mais baixos do mundo? (NISKIER, 2016) Certamente há uma desvalorização da função de professor ocasionada pela falta de reconhecimento da sua importância, que afeta diretamente a sociedade, a cultura, a segurança e a economia de um país.

Em um artigo para a Folha de S. Paulo, Maria Alice Setubal, doutora em psicologia da educação pela PUC-SP, e presidente dos conselhos do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), proferiu o seguinte a respeito dos professores:

Vale lembrar ainda que os países que conseguiram dar um salto de qualidade nas políticas educacionais e atrair os melhores profissionais para atuarem nas escolas o fizeram valorizando seus educadores. Ou seja, investindo em boa remuneração, em planos de carreira atraentes e, principalmente, na formação inicial e continuada. [...] Há uma ampla bibliografia e análises de especialistas de diferentes setores que corroboram a centralidade do ensino no mundo atual. Trata-se de passo essencial para o desenvolvimento do país, para a formação cidadã, para o fortalecimento da democracia e o combate à corrupção [...] (2017, p. A3).

Ainda no mesmo artigo, Setubal menciona um levantamento do CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação) em que apenas “15 dos 26 Estados e do Distrito Federal cumprem integralmente a Lei do Piso do Magistério”. Continua afirmando que as metas 15 e 17 do PNE (Plano Nacional de Educação), que “determinam, respectivamente, que todos os professores tenham formação na área em que lecionam e tenham rendimento médio igual ao de outros profissionais com a mesma titulação”, estão longe de serem cumpridas (p. A3, 2017). Deste modo, como garantir a qualidade de ensino? Como garantir a eficácia da reforma da educação, e que as novas metas serão cumpridas? E, acima de tudo, como atrair os jovens para comporem a profissão no futuro?

A formação de professores, figura chave no ensino, ainda é muito precária no Brasil. A profissão daquele que deveria fazer o elo entre o conhecimento e o aluno, entre a teoria e a prática, existe apenas como uma ideia pouco contemplada, e pobremente valorizada.

## 6.2 MODELOS DE ENSINO

É sobre o pilar da educação básica que os alunos obterão a capacidade de construir e assimilar conhecimentos e de interiorizar valores e comportamentos fundamentais ao seu desenvolvimento cultural, intelectual, político. É nesse nível escolar que, por ser obrigatório e gratuito, deve-se processar a formação comum da cidadania, a capacidade de pensar com discernimento e liberdade, de fazer escolhas vitais, quer para o ingresso no mundo do trabalho, quer para estudos posteriores (NISKIER, 2016, p. 17)

Inovação. Uma palavra que cada vez mais os sistemas de ensino ao redor do mundo buscam, visando adequar a educação aos jovens do século XXI. Fazer algo diferente do modelo de memorização promovido ao longo dos séculos passados, onde apenas um grupo seletivo tinha acesso à escola. No início, a lousa surgiu como uma forma de se conseguir ensinar para um grande número de alunos ao mesmo tempo, no entanto, como mencionado anteriormente, esse número cresceu muito nos últimos anos. Terá esta ferramenta a mesma eficácia hoje do que um dia já teve? E quanto aos outros aspectos que constituem o ensino? Inovação significa fazer algo diferente do que vem sendo feito, produzindo como consequência diferentes resultados naquilo que se deseja mudar.

Em todo globo terrestre, consideradas as diferenças culturais e regionais, tenta-se mudanças nos modelos pedagógico, na didática, na arquitetura dos prédios, na implementação de novas

ferramentas e metodologias, na conduta dos professores, etc – afim de melhorar a qualidade do ensino e a implicação dos alunos no estudo, que deverão sentir-se mais satisfeitos, alegres e confiantes em si mesmo.

Nesse contexto, Paulo Blikstein, especialista em educação e inovação na Universidade de Stanford, nos EUA, afirma que “uma das fronteiras da inovação da atualidade é o aprendizado por projetos, e não por disciplinas”. Projetos em que os alunos devem reunir-se em grupo e encontrar a solução para determinada pergunta ou problema. Desta forma, não apenas os aspectos cognitivos serão desenvolvidos, mas também a **capacidade de expressão** e de **resolução de conflito**, bem como muitas outras habilidades sociais tão requisitadas no atual mercado de trabalho (RIGHETTI, 2016).

Ao se pensar no desenvolvimento dos aspectos não cognitivos, um grande exemplo é a Escola da Ponte de Portugal, referência internacional em inovação, na qual existe um picadeiro de circo no meio da escola onde os alunos podem se sentir livres para expressarem-se através da música, da dança e das mais variadas atividades. Neste espaço, a comunicação e o relacionamento são incentivados, além da autonomia que os alunos devem ter para definir sua agenda de atividades curriculares do dia (SALDAÑA, 2016). Não seria tal modelo mais eficaz no desenvolvimento intelectual, emocional e social dos jovens por fazer mais sentido à eles? Pois de que adianta insistir em um modelo pedagógico que não gera prazer no aprendizado, e faz com que os jovens não se interessem por ele? O que já funcionou no passado, não significa que funcionará no futuro.

### 6.2.1 A PEDAGOGIA WALDORF

“A Educação Waldorf não é um sistema pedagógico, mas uma arte – a arte do despertar daquilo que realmente existe dentro do ser humano.” – Rudolf Steiner, fundador da Pedagogia Waldorf

A Antroposofia, assim como a Pedagogia Waldorf, foram fundadas no início do século XX pelo cientista e artista austríaco Rudolf Steiner, que possuía uma peculiar concepção da educação para a época. Segundo ele, as forças que constituem o fundamento da educação são a **necessidade de imaginação**, o **senso da verdade** e o **sentimento de responsabilidade**. Em ordem a incorporar tais fundamentos na prática do ensino, aulas de música, dança, teatro,

escrita, literatura de lendas e mitos são incorporados no currículo dos alunos em todos os anos letivos. O ponto que dá razão à isto se embasa no fato de que tais experiências não estimulam apenas o aspecto intelectual dos sujeitos, mas também o físico, o emocional e o espiritual (AWSNA, 2015).

A primeira escola Waldorf foi fundada em 1919 na Alemanha, logo após o término da Primeira Guerra Mundial, com o intuito de se tentar fazer algo diferente que promovesse um maior senso de humanidade nos jovens por meio da transmissão de valores e princípios morais que fariam uma real diferença na sociedade. Atualmente existem mais de mil escolas Waldorf espalhadas por mais de noventa países, adaptadas de acordo com a diversidade cultural e regional na qual se insere (AWSNA, 2015).

A pedagogia em questão é inspirada nos princípios da Antroposofia, que possui como premissa fundamental a sabedoria do homem em ser capaz de transformar a si mesmo e o meio em que vive através de seu próprio desenvolvimento espiritual. Todos os métodos pedagógicos, ferramentas e ensinamentos visam nutrir este potencial existente em cada criança, fazendo com que ela cresça acreditando na evolução da humanidade. Embora considere a espiritualidade, não defende nem se opõe a nenhuma religião, propiciando a manifestação da liberdade para que pessoas das mais diversas culturas possam tirar proveito de seus benefícios (AWSNA, 2015).

Dentre os diferenciais metodológicos, destaca-se que as escolas Waldorf aproveitam a infância para que a criança aprenda outros idiomas, já que é mais fácil nesse período, e enriquece seu repertório e alcance cultural. Quanto ao estudo das ciências da natureza, como botânica, física, química e biologia, por exemplo, o método é aproximar o aluno o máximo possível do fenômeno estudado pois, através da prática, a compreensão da teoria se torna mais fácil. Talvez a mais marcante quebra de paradigma seja o fato de que o professor permanece com a mesma turma de 5 a 8 anos para estabelecer uma relação mais próxima com o aluno, compreendendo melhor as dificuldades e potencialidades de cada um, deixando-os mais confiantes a respeito de seu próprio desenvolvimento na escola (AWSNA, 2015a).

Diferente do modelo predominante no Brasil, os professores da Waldorf são orientados a fazer os alunos **pensarem criticamente** a respeito das informações que lhes estão sendo transmitidas, fazendo-os assimilarem-nas com outras tantas, de forma livre e criativa, pois deste modo, a **flexibilidade de raciocínio** é estimulada no lugar da rigidez de conhecimentos prontamente pré-concebidos. O propósito central das aulas é levar os alunos pelos processos da descoberta do conhecimento, gerando entusiasmo pelo aprendizado que se origina no

interior de cada um, eliminando a competitividade em prol do cooperativismo – observado que a ausência desta pressão promove um ensino mais prazeroso que perdura por toda a vida do sujeito. Diferente dos modelos tradicionais ocidentais onde o aprendizado é muitas vezes considerado aversivo, os alunos da Waldorf adquirem **prazer em aprender** ao genuinamente se interessarem mais pelo planeta onde vivem (AWSNA, 2015).

Talvez a grande diferença entre o modelo tradicional de ensino para o modelo Waldorf seja que, este último, privilegie a imaginação ao invés do intelecto, principalmente nos primeiros anos de vida dos alunos, respeitando naturalmente o que deveria ser promovido em cada faixa etária de acordo com suas respectivas capacidades e desejos. Em outras palavras: a criança faz o que uma criança deveria fazer. Em linhas gerais, na educação infantil as crianças participam de atividades lúdicas onde as habilidades motoras são enfatizadas com foco na **imitação**. No ensino fundamental privilegia-se a **imaginação**, e no ensino médio o **intelecto**, entretanto, sem deixar que a Artes fique de fora em momento algum. Isso se justifica pela concepção de que para cada idade há um processo de desenvolvimento diferente, explicando a razão pela qual as crianças do jardim de infância não possuem aprendizados cognitivos, mas sim uma diversidade de **atividades multissensoriais** que visam desenvolver capacidades motoras e sociais, além de promover a integração de ambos hemisférios cerebrais – brincando, interagindo, aprendendo a trabalhar em equipe e aprendendo a compartilhar. A premissa é que a criança esteja feliz na escola e em estar aprendendo (AWSNA, 2015b).

Desde os primeiros anos de vida, as crianças aprendem a respeitar a liberdade do outro por reconhecer sua necessidade de se expressar nos momentos de convivência, promovendo um sentimento de cumplicidade que as acompanharão por toda vida pessoal e profissional. O **desenvolvimento emocional** e o **senso de pertencimento** é de tal forma estimulado que os pais relatam a constante felicidade de seus filhos, além de constatarem suas capacidades de sempre terem esperança no futuro, apesar das dificuldades enfrentadas. Este aspecto constitui outro fundamento da pedagogia: promover a construção de capacidades, e não apenas de saberes. Os alunos são ensinados a olhar determinado problema de diferentes ângulos, aprendem o “como” ao invés de apenas “o que”, e aprendem a pensar criticamente todos os conhecimentos e informações (AWSNA, 2015b).

Se trata de uma quebra de paradigma, que exige uma completa mudança de postura dos profissionais que com ela trabalham. Os professores em especial, que possuem maior tempo e proximidade com os alunos, devem compreender totalmente o desenvolvimento das crianças que acontece naquele dado espaço e tempo em que se encontram no planeta. Devem

reconhecer a importância de fazê-las entender qual a razão de suas vidas, qual a razão de estarem em uma escola recebendo conhecimento, e o que fazer com ele. De fato, os professores ensinam os alunos a sempre considerarem as perguntas: “Quem sou eu? O que estou fazendo aqui? Como me encaixo neste mundo? Qual a razão da minha vida? O que fazer com o conhecimento que estou recebendo?”. Para isso, a atenção dos professores em relação aos alunos deve ser total e integral (AWSNA, 2015b).

Como a socialização, o trabalho em equipe, o compartilhamento e a criatividade são prioridades, diversos esportes são estimulados em todas as faixas etárias devido à sua capacidade de integração – enquanto que, por outro lado, a tecnologia é deixada de lado pela característica isolacionista que possui. Não é considerada ruim, mas é apenas inserida no ensino bem mais tarde, quando os alunos já possuem as capacidades acima citadas razoavelmente desenvolvidas. Devem saber utilizá-la como uma ferramenta útil, ao invés de serem hipnotizados por ela. O contato com a tecnologia é inevitável na vida de uma forma ou de outra, enquanto que os aspectos não-cognitivos, se não estimulados no momento ideal, dificilmente serão desenvolvidos em sua plenitude (AWSNA, 2015).

A sociedade e o mundo estão em transformação constante sem precedentes na história, e se não é possível conceber um panorama para daqui a dez anos, como preparar um jovem para o futuro? Se o prepararmos para algo e o futuro mudar, como ele saberá seu lugar no mundo e sua posição perante a vida? Como fazer um jovem se sentir confiante em si próprio em um planeta tomado por crises humanitárias, guerras e terrorismos? Como ensiná-los a lidar com as pressões profissionais em uma complexa sociedade? Se o jovem não tiver flexibilidade para se adaptar, jamais terá confiança em si, e jamais saberá construir seu caminho. O termo em foco é “resiliência” e, para isso, os alunos são preparados para a vida e não apenas para o mercado de trabalho. São ensinados a aprender (AWSNA, 2015b).

O ideal não seria que o jovem concluísse o ensino médio dotado de plena confiança e autonomia para estabelecer suas próprias metas para o futuro, desejando vividamente contribuir para o progresso da sociedade? Um jovem capaz de pensar criticamente a respeito de tudo, chegando às suas próprias conclusões, sentindo-se livre da vida tediosa que toma o dia a dia daqueles intelectualmente submissos? (LANZ, 2013, p.61) E se tal ideal for factível na pedagogia Waldorf, qual seria o preço dessa conquista?

Uma queixa comum dos alunos que a ela se submetem é a falta de uma didática mais exigente quanto ao conteúdo do ensino médio que melhor prepara o jovem a ingressar em uma universidade. Ser responsável por criar os próprios cadernos e materiais didáticos em um

período particularmente tenso e conflituoso na vida de um adolescente pode ser difícil para eles, e talvez alguma adaptação no conteúdo para melhor prepará-los para o vestibular seja necessária. Esta realidade faz com que os pais dos alunos Waldorf geralmente não esperem que seus filhos ingressem diretamente em uma universidade após a conclusão escolar, sendo que a maioria deles faz cursinho ao longo do 3º ano ou após o término deste (LORDELO, 2010).

Embora deva haver uma certa adaptação neste quesito, não seriam os benefícios de personalidade e caráter construídos ao longo da infância e do ensino fundamental compensadores? Tendo em mente os dados anteriormente citados sobre a evasão escolar e a falta de interesse dos jovens pelo ensino, é pertinente afirmar que este constitui-se o problema fundamental a ser corrigido no ensino – base sobre a qual todos os outros elementos da educação serão depositados e testados. Assim como pode-se afirmar que um jovem sem interesse pelo estudo, e sem capacidade de adaptação e perseverança, dificilmente conseguirá superar os obstáculos de ingresso em uma universidade – obstáculos estes que se também encontram dentro de si. Afinal, o que é mais difícil promover atualmente: o desenvolvimento do ser humano ou do ser acadêmico?

Uma outra questão importante de ser levantada é o controverso caráter religioso que a Antroposofia possui no embasamento da pedagogia. Embora não seja deliberadamente divulgado, os educadores podem acabar sendo influenciados a conduzirem-se pelos pensamentos de Steiner que, entre outras coisas, considerava aspectos de reencarnação, carma e raça no processo educacional – aspectos estes que impactam não apenas o aluno, mas a família como um todo. Fatos mais polêmicos como a promoção do uso da homeopatia, a rejeição de vacinas e a afirmação de que os negros são menos evoluídos devido à hierarquia de raças (explicada por meio do mito da Atlântida), também já se fizeram presentes em episódios recentes da Waldorf (COOK, 2014).

Frequentemente a escola é considerada dogmática, a família um grupo fechado, e os alunos comparados a *hippies*, mas estes pontos, assim como o quanto dos pensamentos controversos de Rudolf Steiner entram nas salas de aula, é muito relativo aos diretores, educadores, aos familiares e ao próprio contexto cultural. Mas como disse Chris Cook (2014), editor político da BBC Newsnight, “por vezes não é totalmente claro se todas as escolas Steiner estão mais focadas em melhorar a vida das crianças para esta vida ou para a próxima”.

## 6.2.2 A EDUCAÇÃO SEGUNDO MONTESSORI

“Nós devemos ajudar a criança a agir por conta própria, ter vontade por conta própria, pensar por conta própria; essa é a arte daqueles que aspiram servir ao espírito.” – Maria Montessori (Education for a New World, p. 69)

A pedagoga e teórica italiana Maria Montessori, nascida no final do século 19, foi uma das primeiras mulheres médicas de seu país após muita perseverança de sua parte, haja vista que naquela época a medicina era uma profissão predominantemente masculina. Logo no início de sua carreira, trabalhou com crianças dotadas dos mais diversos déficits cognitivos, e em suas observações constatou que a falta de estímulos sensoriais contribuíam para que elas não obtivessem melhoras em seu quadro. Se aprofundou em todos os estudos já publicados sobre o assunto, formulou teorias e passou a se identificar mais como educadora do que como médica, até ter a oportunidade de testá-las na prática em uma escola para crianças com algum nível de retardamento mental. Em 1901, se voltou para os estudos de filosofias educacionais e antropológicas, começando a consagrar seu método de ensino que vem ganhando atenção e espaço nas escolas até os dias de hoje (AMI, 2016).

O método de Montessori **privilegia o meio** no qual as crianças são expostas, dando a elas materiais e tarefas desafiantes que promovam seu engajamento e desenvolvimento intelectual, já que as considera como “esponjas” que facilmente assimilam os conhecimentos recebidos e aprendidos (MNW, 2015). Os materiais foram desenvolvidos e escolhidos pela própria pedagoga após a constatação daqueles que detinham potenciais específicos para trabalhar as almejadas funções cognitivas. Em poucas palavras, o ambiente deve fornecer elementos que propiciem o desenvolvimento e a educação natural da criança por sua própria conta, termo que mais tarde Maria passou a se referir como **auto-educação** (AMI, 2016).

Para que tais objetivos sejam atingidos, é absolutamente necessário e característico das salas de aula das escolas Montessori sua beleza, organização e acessibilidade, uma vez que o ambiente como um todo deve ser empolgante, alegre e estimular a busca pelo desenvolvimento. Os brinquedos são simples, muitas vezes artesanais, mas provocativos e que incitam a lógica. Como a maior parte deles funciona a partir de “tentativa-erro”, estes estimulam os alunos ao descobrimento e à cooperação, já que todos interagem e trocam saberes durante as atividades (AMI, 2016b).

Para Montessori, os professores devem buscar promover a **autonomia** dos alunos desde muito cedo, tentando manter-se o mais distante possível para que estes possam focar individualmente em suas tarefas, superando suas próprias dificuldades. Desempenhando um papel de observador, devem reconhecer e atuar dentro das necessidades individuais de cada aluno, orientando seu processo de auto desenvolvimento. Funcionam como se fossem um elo entre os alunos e os elementos do ambiente, encorajando a conexão entre eles (AMI, 2016a). Os alunos devem aprender pela ação e pela **experiência própria**, pois apenas dessa forma serão capazes de desenvolver a auto disciplina para educar-se dentro da cooperação e respeito mútuo. O estímulo à **intelectualidade** é portanto um requisito básico, já que considera-se ser apenas por meio desta possível atingir certo grau de liberdade pessoal e de desenvolvimento dos potenciais latentes em cada um (MNW, 2015).

Os primeiros anos de vida são aqueles em que a criança mais possui facilidade em aprender, além de também incorporar a sua personalidade aspectos fundamentais como a **concentração**, a **perseverança** e a **formulação de pensamentos próprios**, que trazem benefícios a curto e longo prazo. Os jovens e adultos que passaram por este modelo de educação tendem a ser mais flexíveis, criativos e capazes de resolver os próprios problemas, além de possuírem mais empatia pelos problemas alheios devido aos momentos de convivência e cooperação vivenciados no ambiente escolar (AMI, 2016c).

Cada etapa da vida do sujeito é abordada de forma diferente no método montessoriano por considerar os aspectos respectivos de cada idade a serem desenvolvidos. É de particular interesse para este trabalho o período da adolescência, que precede o ingresso do jovem no mundo adulto e no mercado de trabalho, e a abordagem das escolas Montessori neste quesito é bastante diferente do que comumente existe. Com os alunos de 12 à 18 anos, o objetivo dos educadores é o de literalmente criar uma pequena comunidade onde os jovens possam vivenciar todos os aspectos da vida social adulta, a qual inclui as mais distintas funções que relacionam-se entre si tanto no âmbito da natureza quanto da sociedade urbana. Tais ocupações devem ser significativas, ser física e mentalmente desafiantes, ter validade na comunidade, na sociedade e na cultura, e ter alguma validação econômica (AMI, 2016d).

O propósito desta comunidade, além de preparar os jovens para o ingresso no mundo adulto, é desenvolver os aspectos não cognitivos e propiciar espaço para que os potenciais, que existem de forma latente dentro de cada um, cresçam e fortaleçam suas personalidades. Esta vivência lhes atribui senso de responsabilidade, reconhecimento, conquista e, principalmente, de confiança em si próprio. Como em cada fase se apropriam de uma função diferente, acabam

se tornando mais flexíveis e capazes de se adaptarem frente à adversidades, o que os leva a adquirirem maturidade e reconhecimento do valor que possuem para os outros, bem como do valor que os outros possuem para si (AMI, 2016d).

### 6.2.3 O ENSINO NA FINLÂNDIA

“Nós preparamos as crianças para aprender como aprender, e não para fazer um teste.” – Pasi Sahlberg, Ministro da Educação e Cultura da Finlândia em 2011

No ano 2000, o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) revelou que os estudantes finlandeses na faixa dos 15 anos eram os melhores leitores do mundo, em 2003 os melhores alunos em matemática, e em 2006 os melhores alunos em ciências (HANCOCK, 2011). Qual seria a fórmula para tal desempenho?

Uma pesquisa feita pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), revelou que na Finlândia a distância entre o aluno mais forte e o aluno mais fraco é a menor do mundo, tanto qualitativamente quanto fisicamente – já que não existe separação de turma por desempenho (HANCOCK, 2011). Não apenas isto, mas a qualidade de ensino é praticamente a mesma em todo o país, seja a escola situada em zona rural ou urbana, fazendo cumprir o ideal mais importante a respeito da educação defendido pelos governantes: a **igualdade**. Destaca-se o fato de que todos os ocupantes de cargos referentes à educação são de fato educadores, e não profissionais emprestados de outras áreas que nada sabem sobre o assunto (STRAUSS, 2016).

Ao analisar o método educacional que prevalece na Finlândia, constata-se que os professores passam bem menos tempo na escola e dentro das salas de aula (cerca de quatro horas por dia apenas) em comparação com os Estados Unidos, sendo que se utilizam de seu tempo livre para constantemente se aperfeiçoarem na profissão, podendo oferecer mais qualidade nas relações de aprendizados com os alunos (HANCOCK, 2011). São pagos para investir ao menos duas horas por semana em aperfeiçoamento, e esta valorização da profissão faz com que a vaga para Licenciatura seja mais concorrida que Direito e Medicina na Finlândia (ANDERSON, 2011). Segundo Pasi Sahlberg, Ministro da Educação e Cultura da Finlândia (2011), os professores são muito prestigiados, bem pagos e atribuídos com muitas responsabilidades. Por esse motivo se exige mestrado para entrar na profissão, e o programa

de treinamento para professores é a escola profissional mais seletiva do país (PARTANEN, 2011).

Existe muito cuidado nas escolas para não forçar o aluno antes da hora, e por isso os estudos formais só se iniciam depois dos sete anos de idade, tendo o mínimo dever de casa, e as crianças passando a maior parte do tempo brincando em áreas externas, aprendendo na prática através de atividades em grupo, até mesmo durante o inverno (HANCOCK, 2011). Nos primeiros seis anos de vida, a educação na Finlândia privilegia que a criança se prepare para aprender e descubra suas paixões (ANDERSON, 2011).

Os professores possuem tamanha capacidade, autonomia e confiança em seus métodos educativos, que eles próprios desenvolvem formas de observação e de tarefas que possam avaliar o aprendizado dos alunos, de modo a diagnosticar possíveis problemas que estejam dificultando-o. Entende-se que o que mais importa na educação, principalmente nos primeiros anos de vida, é o **incentivo à curiosidade**, a **perseverança** alcançada por meio de tentativas e erros, o **estímulo da bondade e compaixão**, o **desenvolvimento do pensamento crítico e abstrato**, a **promoção de senso de liderança e trabalho em equipe**, a **expressividade**, **habilidades sociais e criatividade** – aspectos estes que jamais poderiam ser avaliados por meio de testes, e sim apenas no dia a dia pelos próprios professores que convivem com os alunos (STRAUSS, 2016).

Por estas razões, ainda que já na primeira série os alunos tenham contato com o finlandês, matemática, ciências, música, artes, esportes, religião e trabalhos manuais, este contato acontece de forma prática, em ordem que o professor possa se conectar com cada aluno individualmente, e entender suas dificuldades (HANCOCK, 2011). A confiabilidade nesta prática é tamanha que não existem testes padronizados nas escolas; apenas a avaliação dos próprios professores. As raras avaliações existentes acontecem apenas em estágios mais avançados da adolescência, quando o jovem já se encontra emocional e psicologicamente preparado. Desta forma, deixam de existir as comparações e competições entre os estudantes e as escolas, prevalecendo o cooperativismo (HANCOCK, 2011).

Embora seja controverso na atualidade o uso da tecnologia como uma ferramenta no ensino, uma pesquisa realizada pela OECD constatou que o uso da tecnologia em sala de aula traz nenhum ou poucos benefícios, a ponto dos computadores serem considerados prejudiciais ao ensino, segundo Andreas Schleicher, membro oficial da Organização (STRAUSS, 2016). Esta concepção é compartilhada pelos educadores finlandeses, pois consideram que apenas os

professores são capazes de transmitir o real aprendizado, enquanto que a tecnologia é um modo de ensino muito individualizado e isolacionista por natureza.

O princípio norteador da educação na Finlândia é dar a criança o que existe de melhor para seu desenvolvimento, permitindo que ela se expresse como criança enquanto criança. Todos os aspectos são considerados: o tamanho das salas de aula, atenção individual pelos professores altamente qualificados, um rico currículo, intervalos e atividades físicas regulares, nutrição e sono adequado, equilíbrio entre momentos de trabalho e descanso, e principalmente, a constante presença de afeição, receptividade e encorajamento dos profissionais num ambiente onde as relações sociais predominam (STRAUSS, 2016).

Impressiona o fato de que na Finlândia toda a rede educacional é pública, das escolas até as universidades. Existem apenas algumas poucas escolas independentes (não particulares), mas até mesmo estas são financiadas pelo governo (PARTANEN, 2011).

Em entrevista para a Folha de S. Paulo (2017a), a gestora Finlandesa e secretária de Educação de Helsinque, Marjo Kyllonen, afirma ser essencial que as “metodologias e práticas de ensino estejam mais conectadas com o mundo atual”, com o objetivo de trazer maior proximidade entre o aluno e o conhecimento. Além disso, a promoção do ensino a partir de projetos, onde o aluno é mais requisitado com problemas desafiadores, substituiu por completo o antigo modelo de disciplinas isoladas (SALDAÑA). Segundo Marjo,

o objetivo é desenvolver competências que forma um ‘ator ativo’ em uma realidade de rápidas mudanças tecnológicas e de comunicação. [...] Nosso sistema foi construído para um mundo, uma indústria, em que tudo era previsível. Esse mundo não existe mais, agora ele é multidimensional e imprevisível (SALDAÑA, 2017a, p. B7).

É absolutamente crítico que tudo seja repensado, inclusive os ambientes escolares, pois o aluno necessita sentir interesse e ver sentido no conteúdo que aprende, conectando-se e relacionando-o com a forma como percebe o mundo – assumindo uma postura ativa e sendo protagonistas do próprio aprendizado (SALDAÑA, 2017a).

### 6.3 POSSIBILIDADES PARA O ENSINO NO BRASIL

O sucesso econômico e uma cultura de inovação contínua dependem da capacidade de atualização socioeducativa. A era atual não funciona mais a partir da força das máquinas, mas, sim, a partir da força do cérebro, do poder de pensar, de aprender e de inovar. Devemos trocar a educação conteudística, marcada pelos decorebas, por uma educação comportamentalista, que envolve, basicamente, a formação do caráter dos jovens, transmitindo tanto conhecimentos quanto comportamentos éticos, práticas sociais e habilidades gerais. Para tanto, aprender a interpretar o que se lê é fundamental (NISKIER, 2016, p. 10)

Com todo o movimento e discussões que vem acontecendo atualmente a respeito de qual caminho a educação no Brasil irá tomar, existe um consenso de grande parte dos profissionais envolvidos com o ensino de que o diálogo com o aluno deve ser estabelecido para que suas necessidades e desejos sejam ouvidos, e façam parte da reestruturação educacional. Anciões do ensino, amarrados a ideias arcaicas, não mais compreendem a realidade dos jovens no mundo contemporâneo.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Inspirare (MOLINERO, 2016) ouviu 132 mil alunos, de 13 a 21 anos, em cinco regiões do país, em que 42% deles “desejam disciplinas optativas ou atividades fora do horário de aula”, e 33% acreditam que “o melhor jeito de aprender é com ferramentas tecnológicas”. Deixando as especificidades de lado, pode-se concluir com este levantamento que os jovens desejam maior flexibilidade no currículo, demonstrações práticas do conhecimento, uso da tecnologia e, principalmente, liberdade para além das carteiras e paredes da sala de aula – sem relegarem sua preparação para inserção no mercado de trabalho.

No segundo semestre de 2015, uma das melhores escolas privadas de São Paulo e do Brasil, o Colégio Bandeirantes, elaborou, por conta própria, medidas para fazer algumas reformas no ensino médio, medidas estas talvez estimuladas pela reforma do ensino médio do governo federal, ou pela mera constatação da nova realidade que hoje o ensino brasileiro e mundial enfrenta. O Colégio Bandeirantes foi fundado em 1934, e possui muitas tradições, no entanto, nem por isso permite que tempos modernos deixe seu sistema educacional obsoleto. O novo formato adotado elimina a divisão de turmas por área do conhecimento e notas, e passa a adotar uma seleção baseada em moldes americanos, os chamados “aspectos não cognitivos”, que, dentre muitos, incluem: **habilidades de liderança, comunicação e capacidade de trabalhar** em grupo. Outra mudança é a atribuição de liberdade para que o aluno selecione

disciplinas para se aprofundar – algo parecido com a reforma do governo federal (RIGHETTI, 2016).

Entre outras considerações, percebe-se prontamente a tendência que se inicia no movimento político educacional em se considerar a **individualidade** dos alunos na preparação para a vida adulta. O que seria mais construtivo: a continuidade da imposição de um sistema que não considera as diferenças, ou um sistema que à estas se molda?

Em uma comunidade de São Luís, o Coroadinho, as favelas e a violência predominam no ambiente, entretanto, em meio de contextos e cenários nebulosos, um prédio escolar se destaca pelo seu cuidado e pelo seu trabalho. Claudia Costin (2017), colunista do jornal Folha de S.Paulo, esteve na escola e testemunhou uma proposta pedagógica que sai do padrão existente na maioria das escolas públicas. Período integral, professores sendo mais bem pagos, maior investimento na infraestrutura, sistemas de reforço escolar que lidam com defasagem idade-série e analfabetismo funcional e, o mais importante, profissionais que encorajam e estimulam o potencial dos alunos, fazendo-os acreditarem em seus sonhos e capacidades.

A ideia foi produzir uma ação afirmativa em um ambiente de pobreza extrema, onde os jovens que se encontram em uma delicada situação de vulnerabilidade social possam ficar protegidos por trás dos muros da escola, adquirindo conhecimento, confiança, e maturidade o suficiente para enfrentar o meio hostil em que vivem sem se deixarem contaminar pela violência. De qualquer forma, esta abordagem só funciona pelo fato de que os alunos passam a perceber que o ensino é de qualidade e, portanto, reconhecem que a devida atenção e importância lhes está sendo atribuída por parte dos professores, administradores e do governo. Consciência sobre a relevância da educação para a vida, ser o centro da proposta educacional ao invés de ser o detalhe, ser protagonista do ensino e não passivo à ele, e reconhecer ser uma peça **importante** ao meio do todo, são aspectos fundamentais para os alunos em qualquer modalidade de ensino (COSTIN, 2017).

Como ignorar a tecnologia como uma possível ferramenta para o ensino atualmente? Ela simplesmente está presente em quase todos os aspectos da vida humana, e tentar impedir que algo que a cada dia se torna mais prático e útil não chegue nos modelos de ensino seria o mesmo que continuar a fazer fogueira numa época em que já existe lâmpada como fonte de luz. Se faz necessário compreender que uma mera modificação nas ferramentas de ensino tampouco consistem em inovação, pois, assim como toda ferramenta, podem servir para construir se bem utilizadas, ou para destruir se mal orientadas. Em última instância, o que

definirá os benefícios ou malefícios da tecnologia no ensino será sempre a concepção dos educadores a respeito da metodologia de ensino que adotam, em relação a forma como enxergam as demandas da realidade local em que atuam.

Nos dias de hoje, o rápido e fácil acesso à internet permite que indivíduos acessem uma quantidade massiva de informações e conhecimentos. É algo absolutamente novo! Uma nova forma de enxergar e lidar com a realidade. E ainda que a conectividade digital deva ser melhor explorada, a conectividade social deve ser preservada e ensinada, bem como o incentivo a leituras e práticas culturais. A utilização desta nova ferramenta, por um lado, promete uma maior participação dos alunos na aprendizagem, mas, por outro, pode vir a se tornar algo dispersivo e, portanto, sua medida ideal deve ser atribuída pelos professores e profissionais de ensino, que observam o contexto educacional e cultural específico de cada localização geográfica. Independente disso, o importante é destacar que os jovens querem que a tecnologia faça parte do aprendizado!

No Seminário Inovação Educativa promovido pela Folha em 22 e 23 de novembro de 2017, um variado grupo de profissionais ligados ao ensino se reuniu para debater novas perspectivas para o sistema educacional no Brasil. Entre os temas, a linha central seguida por todos foi a **participação ativa** dos alunos, onde estes tomam decisões a respeito de sua própria educação, sentindo-se responsáveis pela construção de seu futuro ao invés de ser alheio a ele. Neste contexto, os professores trabalhariam mais como mentores do que simplesmente como expositores do conhecimento, ouvindo os anseios dos alunos e os guiando dentro e fora da escola, instigando-os a buscarem novas descobertas e conhecimentos que constantemente se transformam. Como bem disse José Pacheco, co-fundador da Escola de Ponte, em Portugal, “as escolas são pessoas, não prédios” (NEIVA; BUNDUKY; RIGHETTI, 2016).

No Brasil, a realidade de muitos ainda consiste na vida no campo, afastada de grandes centros urbanos, onde o acesso a uma escola é precário. Para lidar com essa situação, um modelo pedagógico originado na década de 30, na França, passou a ser adotado por colégios rurais em diversas regiões do Brasil (2016). O método consiste em alternância, ou seja, o aluno passa uma semana na escola e outra semana em casa, para que possa lidar com as dificuldades de acessibilidade e a necessidade de trabalhar. Na semana em que passa em casa, é orientado a entrevistar a família, vizinhos e os pequenos produtores agrícolas da região, levantando dados da história local, conhecimentos práticos de maquinaria, agricultura, etc. A partir destas experiências, será determinado o conteúdo da escola na semana seguinte, onde todos os alunos compartilham seus resultados (BATISTA, 2016).

Já existem 148 escolas que seguem esta pedagogia no país (2016), que favorece, principalmente, os filhos dos pequenos agricultores que necessitam da mão de obra familiar a fim de se sustentarem. Consiste em um estímulo ao estudo, que descaracteriza o pensamento dos jovens destas regiões a pensarem que estão fadados a permanecerem para sempre no campo. Segundo Cláudia Souza Passador, coordenadora do Centro de Estudos de Gestões e Políticas Públicas Contemporâneas da USP, “*a educação no campo é voltada para um Brasil que não existe. Se a escola não é adequada para a vida do estudante, o conteúdo deixa de fazer sentido e o desempenho fica comprometido.*” (BATISTA, 2016)

Adaptação! Esta é a palavra chave quando consideramos possibilidades. Cada país possui uma história, uma cultura, uma localização geográfica e um contexto circunstancial a ser considerado. Ainda assim, dentro do país existem regiões e localizações com seu próprio conjunto de especificidades, que não podem ser lidadas a partir de um olhar rígido e uma postura generalista. Medidas que tiveram êxito em um local, para determinada população, não necessariamente terão êxito em outro. Funcionam apenas como exemplos, ideias, e possibilidades a serem testadas ou, simplesmente, para inspirar outras tantas. Um olhar atento aos modelos existentes no mundo deve ser mantido, assim como a postura flexível e a atribuição de maior autonomia para os profissionais locais que vivem de perto as demandas de sua realidade.

#### 6.4 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que atualmente tramita nas instâncias do governo para ser implementada em breve no ensino fundamental e médio, tem como proposta padronizar o que deve ser obrigatoriamente ensinado em todas as escolas do país, tanto públicas quanto privadas, especificando o conteúdo essencial de cada ano letivo. A ideia é promover direitos iguais no ensino, minimizando a desigualdade educacional. No entanto, a BNCC estabelece apenas objetivos, e não métodos (FILHO, 2017, p. A3). Serão eles suficientes para atingir os resultados desejáveis? De que adianta determinar o que deve ser aprendido sem antes definir como deve ser ensinado?

A BNCC não contempla metodologias nem formas de avaliação, possuindo cada instituição escolar a autonomia de se decidir pela própria maneira de alcançar os objetivos estabelecidos

na Base, gozando de liberdade para diversificar seu currículo dentro daquilo que julgar mais adequado para seus alunos (FILHO, 2017, p. A3).

A base não é currículo: não estabelece método de ensino, projeto pedagógico nem forma de avaliação. Determina, sim, o ponto aonde se quer chegar, enquanto os currículos traçam os caminhos. Tampouco é camisa de força. Ao contrário, até estimula a diversificação curricular. A autonomia dos sistemas de ensino será mantida, e o Brasil terá uma base e muitos currículos (FILHO, 2017, p. A3).

Pode-se concluir com as pesquisas apontadas neste trabalho que, além do Brasil com frequência fracassar em cumprir metas, o ensino se encontra pessimamente estacionado. Desta forma, de que adianta a criação de novas metas se nem as que já existem foram cumpridas? Não estaria este fato colocando ainda mais pressão nos alunos, professores e familiares, sem fornecer à eles os elementos e instruções necessárias para obterem sucesso?

Afinal de contas, uma mudança radical no ensino, tal como esta proposta, exige recursos financeiros e condições estruturais que o país não demonstra possuir no preparo de professores e na criação de materiais adequados para sua implementação. Podemos tomar como exemplo os Estados Unidos, país com características geográficas semelhantes ao Brasil, mais rico e melhor estruturado, mas que sete anos após a criação do *Common Core* (equivalente a BNCC) ainda encontra enormes dificuldades em sua implementação – que ainda não surtiu efeito positivo nas pesquisas (TAKAHASHI, 2017, p. 4). “Dos 45 Estados que adotaram a *Common Core*, 9 desistiram. A aprovação popular à medida, que chegou a 90% em 2012, agora é de 50%. Entre professores, o apoio caiu de 80% para cerca de 40% no mesmo período” (TAKAHASHI, 2017, p. 4)

Em entrevista para a Folha de S. Paulo (2017), o alemão Andreas Schleicher, diretor do Pisa, ressaltou o fato de que a implementação é etapa crucial do processo, pois é a partir dela que os benefícios da base ganharão vida e funcionalidade, caso contrário, “uma boa base curricular pode virar só palavras em um papel. [...] O *Common Core* foi bem desenhado. É compatível com as melhores bases curriculares do mundo, mas isso não basta. Ele deve ser visto pelos brasileiros como um forte sinal de alerta” (TAKAHASHI).

Mesmo com a ajuda dos cofres federais e privados, apenas 39% dos docentes se disseram totalmente prontos para ensinar os novos conteúdos seis anos após o lançamento do *Common Core*. Além disso, 80% disseram não ter recebido

treinamento de qualidade, e fatia equivalente declarou não contar com materiais satisfatórios” (TAKAHASHI, 2017, p. 5).

Quanto a BNCC, Takahashi, em matéria para a FOLHA (2017), diz que:

ao definir o que o estudante brasileiro deve saber a cada série, o documento será referência obrigatória para os novos materiais didáticos e para a formação de professores. Estados e municípios elaborarão seus próprios planos (os currículos em si) para ensinar o que a Base Nacional determina.

Terá o governo brasileiro rígidos processos e controle, além de condições estruturais e financeiras para sustentar esta implementação em todas as escolas do país? É preciso que os limites sejam reconhecidos, para que o que hoje está ruim, não fique pior. Temos os EUA como exemplo, país tão extenso e diversificado como Brasil. Por outro lado, “em nações com população menor, como Austrália, Cingapura e Portugal, bases curriculares têm sido exitosas” (TAKAHASHI, p. 4, 2017).

As novas metas da Base, sem dúvida, estão mais próximas daquilo que poderia ser considerada a educação “ideal”. Inclusive, **pensar criticamente** e ter **capacidade de resolver problemas**, são duas de dez competências gerais a serem desenvolvidas em sala. Ainda assim, os *meios* para se alcançar este *fim* carecem de atenção – bem como os professores, cruciais para o funcionamento e desenvolvimento da educação. E se a eles não vem sendo dado o devido valor e formação, porque novas metas mudariam algo? Diante da diversidade cultural e regional do Brasil, considero prudente a não determinação de um “método comum”, porém, como estimular os educadores a saírem de sua zona de conforto, adaptem-se às novas metas, e buscarem métodos alternativos de ensino de acordo com sua região e circunstâncias?

## 7. CONCLUSÃO

Se as variáveis que influenciam o bom funcionamento das metodologias são complexas, qual seria a dificuldade do aluno, à elas subordinado, em criar projetos para seu futuro? A *modernidade líquida*, a competitividade, e a *fluidez* social, tornaram a escolha de carreira um

verdadeiro desafio para os jovens, tomados por conflitos de identidade em meio a tantas informações e estímulos sensoriais, principalmente quando lhes falta autoconhecimento a respeito de suas potencialidades e limitações. Temos no Brasil um sistema educacional arcaico e falido que apenas iniciou seu processo reconstrutivo e adaptativo aos elementos citados. O aluno conclui o ensino médio desamparado e inseguro, tornando evidente as falhas do ensino que não fracassa somente na transmissão do *saber*, mas, principalmente, na construção de inúmeros aspectos do *ser*, que possui como finalidade essencial o preparo do jovem para o exercício da cidadania, a partir do desenvolvimento da não-cognição e da inteligência sócio-emocional.

As referências de ensino mencionadas apontam os possíveis caminhos que a educação brasileira poderia tomar como exemplo, adaptar, e incorporar, afim de se atualizar com as atuais demandas sociais e profissionais. Se faz necessário desenvolver no aluno a capacidade de reflexão e pensamento crítico; a promoção de capacidades de liderança, de trabalho em equipe e de cooperação; o interesse genuíno pela aquisição de conhecimentos e o prazer em estudar; o despertar da vontade de contribuir em prol do desenvolvimento da sociedade; e, finalmente, promover a conquista da autonomia. A formação do jovem deve ser mais integral, iniciando-se logo nos primeiros anos de vida.

Tanto a pedagogia Waldorf, o método de Montessori, e o ensino na Finlândia, convergem para um ponto comum. Todos possuem como ideologia que não se pode separar o conhecimento da experiência, e a teoria da prática, e que deve-se despertar no aluno o interesse genuíno pelo saber a partir dos elementos existentes e integrantes de sua realidade. Com esta proximidade, prováveis bloqueios e aversões pelo ensino são suavizadas, tornando o conhecimento mais atrativo e melhor adquirido, já que o aluno é ensinado a pensá-lo, e não simplesmente a memorizá-lo. Desta forma, compreende a razão do aprendizado e a importância que possui na construção de seu futuro.

A escolha de carreira pode ser vista como um rito de passagem para a vida adulta, em direção à independência e autonomia. Neste contexto, a OP cumpre a função de direcionar o sujeito a partir de seus conteúdos internos, conscientes e inconscientes, que o movem com a finalidade de satisfazer seus desejos. No sentido da conquista da **auto-realização** – considerando seu subjetivo e relativo significado – percebe-se a equivocada maneira de se praticar a educação como se todos fossem iguais, tivessem as mesmas capacidades, potencialidades e limitações – como se todos tivessem os mesmos desejos. O **auto-conhecimento** se faz necessário,

promovido tanto pela OP quanto pelos métodos citados, que trabalham no desenvolvimento da autonomia e das habilidades sociais desde cedo.

Estas metodologias de ensino produzem resultados satisfatórios no mundo atual por considerarem a **individualidade** dos alunos, preparando-os para a vida em primeiro lugar, e apenas depois para o mercado de trabalho. Como também trabalham a não-cognição, os alunos são muito mais seguros, confiantes de si, e conhecedores de sua identidade. De certa forma, desenvolve aspectos que um processo de OP tenderia a desenvolver. No entanto, no Brasil não apenas o ensino é ultrapassado e ineficiente, como a OP não possui espaço de atuação, principalmente na rede pública. Como consequência, além dos alunos não sentirem atração pelo estudo, nenhum deles se destaca por interesses específicos ou por manifestações vocacionais, já que as vontades e potencialidades não possuem espaço para serem reconhecidas e desenvolvidas. Nenhum deles sabe realmente o que quer, e reina a insegurança com relação a si mesmo e seu lugar na sociedade.

Ainda que os aspectos a serem trabalhos fiquem claros, conclui-se que o melhor método de ensino apenas será evidenciado por meio da experimentação, previamente considerada: a cultura nacional e regional; o contexto do local onde a escola se situe, bem como suas capacidades financeiras e estruturais; as circunstâncias de vida dos alunos, especialmente suas motivações, potencialidades, limitações e objetivos; as capacidades e disposição dos professores, que implica seus repertórios sociais e conhecimento das diversas metodologias ao redor do mundo; e, obviamente, os estímulos financeiros e idealistas, seja de fonte federal ou privada, que atribua valor ao propósito da escola e dos professores.

Por muitos anos vem sendo atribuído ao aluno seu fracasso escolar, criando nele rótulos e *stigmas* que apenas contribuem para a continuidade do círculo aversivo e vicioso no qual a educação brasileira se encontra. O sistema e os métodos são normalmente relegados a segundo plano, e inocentados pelos próprios pais que cobram dos filhos resultados e competências.

Pela primeira vez na história um movimento político faz tanto “barulho” no campo da reforma da educação, impulsionado pelas drásticas mudanças tecnológicas e sociais que fizeram aumentar as exigências de capacidades individuais jamais demandadas. Porém, como disse Larry Cuban, professor emérito da Escola de Educação da Universidade de Stanford, reformas de currículo são como a passagem de um furacão no oceano: há enorme agitação na superfície, mas as águas profundas permanecem quase inalteradas (TAKAHASHI, p. 4, 2017)

Talvez o governo, seja ele qual for, realmente possua interesse legítimo em manter as classes mais pobres o mais ignorante possível – afastada de conhecimentos, informações e, principalmente, das capacidades de reflexão e análise crítica. E este movimento de reforma que, em tese, tende ao aperfeiçoamento de todos os níveis do ensino, terá servido apenas como mais uma distração ilusória com a finalidade de controle social.

Espera-se que, com a criação da BNCC, haja algum estímulo para que a liberdade e autonomia que as escolas possuem em adotar os métodos educacionais que julgam serem melhores, seja bem aproveitada frente à enorme diversidade de bons exemplos ao redor do mundo. No campo pedagógico, o sucesso do ensino nos dias de hoje fica única e exclusivamente relegada à boa vontade dos educadores, haja vista a aparente “má vontade” do governo em valorizar a profissão, em investir nas estruturas físicas e conceituais que a regem, e em estimular movimento no sentido da construção de um modelo educativo de excelência.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, J. *From Finland, an Intriguing School-Reform Model*. The New York Times, Education, 12 de Dezembro de 2011. Acessado em 10 de Abril de 2017. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/12/13/education/from-finland-an-intriguing-school-reform-model.html>>

ALMEIDA, M. E. G. G.; PINHO, L. V. *Adolescência, Família e Escolhas: Implicações na Orientação Profissional*. In Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, Vol. 20, nº 2, p.173 – 184, 2008.

AMBIEL, R. A. M.; NORONHA, A. P. P.. *Orientação Profissional e Vocacional: Análise da Produção Científica*. Psico-USF, v. 11, n. 1, p. 75-84, 2006.

AMI: ASSOCIATION MONTESSORI INTERNACIONALE. *Biography of Dr Maria Montessori*. Koninginneweg 161, 1075 CN Amsterdam, The Netherlands, 2016. Acessado em 26 de Abril de 2017. Disponível em: <<http://ami-global.org/montessori/biography-dr-maria-montessori>>

AMI: ASSOCIATION MONTESSORI INTERNACIONALE. *Montessori Educators*. Koninginneweg 161, 1075 CN Amsterdam, The Netherlands, 2016a. Acessado em 26 de Abril de 2017. Disponível em: <<http://ami-global.org/montessori/montessori-educators>>

AMI: ASSOCIATION MONTESSORI INTERNACIONALE. *Montessori Environment*. Koninginneweg 161, 1075 CN Amsterdam, The Netherlands, 2016b. Acessado em 26 de Abril de 2017. Disponível em: <<http://ami-global.org/montessori/montessori-environments>>

AMI: ASSOCIATION MONTESSORI INTERNACIONALE. *How is Montessori Different?*. Koninginneweg 161, 1075 CN Amsterdam, The Netherlands, 2016c. Acessado em 26 de Abril de 2017. Disponível em: <<http://ami-global.org/montessori/how-montessori-different>>

AMI: ASSOCIATION MONTESSORI INTERNACIONALE. *Montessori 12-18*. Koninginneweg 161, 1075 CN Amsterdam, The Netherlands, 2016d. Acessado em 26 de Abril de 2017. Disponível em: <<http://ami-global.org/montessori/montessori-12-18>>

AWSNA: ASSOCIATION OF WALDORF SCHOOLS OF NORTH AMERICA. *Waldorf Education: An Introduction*. 2015. Acessado em 26 de Abril de 2017. Disponível em: <[https://waldorfeducation.org/waldorf\\_education](https://waldorfeducation.org/waldorf_education)>

AWSNA: ASSOCIATION OF WALDORF SCHOOLS OF NORTH AMERICA. *Waldorf 100 – The Film*. 2015a. Acessado em 26 de Abril de 2017. Disponível em: <[https://waldorfeducation.org/waldorf\\_education](https://waldorfeducation.org/waldorf_education)>

AWSNA: ASSOCIATION OF WALDORF SCHOOLS OF NORTH AMERICA. *Preparing for Life, a documentary on Waldorf Education*. 2015b. Acessado em 26 de Abril de 2017. Disponível em: <[https://waldorfeducation.org/waldorf\\_education](https://waldorfeducation.org/waldorf_education)>

BATISTA, E. L. *Semana sim, Semana não: colégios rurais adotam pedagogia francesa que permite ao aluno alternar períodos na instituição com outros em casa*. São Paulo: Seminários Folha: Fórum Inovação Educativa, p. 5. Folha de S. Paulo, 26 de Novembro de 2016.

BAUMAN, Z. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2005

BANCO MUNDIAL, BRASIL. Acessado em 13 de Março de 2017. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/country/brazil>>

BOHOSLAVSKY, R. *Orientação Vocacional: a estratégia clínica*. 11º ed. – São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda., 1998.

BRASIL, Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, in Portal MEC. Ministério da Educação. Acessado em 12 de Novembro de 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>

BRASIL, Lei Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014, *Plano Nacional de Educação*, in Portal MEC. Ministério da Educação. Acessado em 10 de Outubro de 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>

BRASIL, Decreto Nº 5.154, de 23 de Julho de 2004, in Portal MEC, Ministério da Educação. Acessado em 25 de Agosto de 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm - art9](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm - art9)>

BRASIL, Projeto de Lei PL 6840/2013. *Da Comissão Especial destinada a promover Estudos e Proposições para a Reformulação do Ensino Médio – CEENSI*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Acessado em 2 de Outubro de 2016. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1200428&filena me=PL+6840/2013](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1200428&filena me=PL+6840/2013)>

BOSI, A.; SAVIANI, D.; MENDES, D. T.; HORTA, J. S. B. *Filosofia da Educação Brasileira*. 6º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

COOK, C. *Why are Steiner schools so controversial?* Education & Family. BBC News, 4 de Agosto de 2014. Acessado em 1 de Maio de 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/education-28646118>>

COSTIN, C. *Educação e Violência*. São Paulo: Folha de S.Paulo, Opinião, p. A4. Sexta-Feira, 17 de Março de 2017.

DURKHEIM, É. *Educação e Sociologia*. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, in Ciências do Homem, 2001.

ERIKSON, E. *Adolescence et Crise: la quête de l'identité*. Paris: Champs Flammarion, 1972.

FILHO, J. M. B. *Pelo direito de aprender*. TENDÊNCIAS / DEBATES, opinião, p. A3. Folha de S. Paulo, 6 de abril de 2017.

FRAGA, É. *Estudo não aumenta eficiência do trabalho no país, diz pesquisa*. São Paulo: Folha de S. Paulo, Mercado, p. A17. Terça-Feira, 29 de Novembro de 2016.

FREIRE, P. *Educação como Prática da Liberdade*. 38º ed. – São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GIDDENS, A. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2002

HANCOCK, L. *Why Are Finland's Schools Successful?* Smithsonian Magazine, September, 2011. Acessado em 15 de Abril de 2017. Disponível em: <<http://www.smithsonianmag.com/innovation/why-are-finlands-schools-successful-49859555/>>

LANZ, R. *A Pedagogia Waldorf: caminho para um ensino mais humano*. São Paulo: Antroposófica, 2013.

LORDELO, C. *Pedagogia Waldorf segue na contramão*. Educação, O Estado de S. Paulo, 19 de julho de 2010. Acessado em 29 de Abril de 2017. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,pedagogia-waldorf-segue-na-contramao,582965>>

LEÃO, D. M. M. *Paradigmas Contemporâneos de Educação: Escola Tradicional e Escola Construtivista*. Cadernos de Pesquisa, nº 107, p.187-206, 1999.

MNW – MONTESSORI NORTHWEST. *What is Montessori Education?* 622 Se Grand Ave, Portland, OR, 97214. Acessado em 22 de Abril de 2017. Disponível em: <<https://montessori-nw.org/what-is-montessori-education/>>

MOLINERO, B. *Aluno quer liberdade, mas se preocupa com mercado de trabalho*. São Paulo: Seminários Folha: Fórum Inovação Educativa, p. 7. Folha de S. Paulo, 26 de Novembro de 2016

NEIVA, L.; BUNDUKY, R.; RIGHETTI, S. *Educação inovadora deve ter participação ativa dos estudantes*. São Paulo: Seminários Folha: Fórum Inovação Educativa, p. 2. Folha de S. Paulo, 26 de Novembro de 2016.

NISKIER, A. *A reforma da educação*. Rio de Janeiro: Carta Mensal – Conferências proferidas nas reuniões semanais do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo; n. 740, p. 4-34, Novembro de 2016.

PARTANEN, A. *What Americans Keep Ignoring About Finland's Schools Success: the Scandinavian country is an education superpower because it values equality more than excellence*. The Atlantic, 29 de Dezembro de 2011. Acessado em 20 de Março de 2016. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/national/archive/2011/12/what-americans-keep-ignoring-about-finlands-school-success/250564/>>

RIBEIRO, M. A. *Demandas em Orientação Profissional: um estudo exploratório em escolas públicas*. São Paulo: Revista Brasileira de Orientação Profissional, v.4, n.1, 2003

RIGHETTI, S. *Escola do século 19 precisa se adaptar a alunos do século 21*. São Paulo: Seminários Folha: Fórum Inovação Educativa, p. 4. Folha de S. Paulo, 26 de Novembro de 2016.

RIGHETTI, S. *Bandeirantes 'reforma' ensino médio e acaba com turmas divididas por área e nota*. Colaboração para a Folha; Jornal Folha de São Paulo, Outubro de 2016.

RODRIGUES, M. *Governo lança reforma do ensino médio*. Educação. Brasil: G1, Globo, 2016. Acessado em 6 de Outubro de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/temer-apresenta-medida-provisoria-da-reforma-do-ensino-medio-veja-destaques.ghtml>>

SALDAÑA, P. *Laboratório ou oficina devem ocupar lugar da sala de aula*. São Paulo: Seminários Folha: Fórum Inovação Educativa, p. 5. Folha de S. Paulo, 26 de Novembro de 2016.

SALDAÑA, P. *Gestora finlandesa visita São Paulo e dá receita de sucesso de educação*. São Paulo: cotidiano, p. B7, Folha de S. Paulo, 13 de maio de 2017a.

SALDAÑA, P.; CANCIAN, N. *Brasil estaciona em ranking da educação*. São Paulo: cotidiano, p. B1, Folha de S. Paulo, 7 de dezembro de 2016.

SALDAÑA, P.; CANCIAN, N. *Particulares ficam abaixo de países ricos*. São Paulo: cotidiano, p. B4, Folha de S. Paulo, 7 de dezembro de 2016a.

SAVIANI, D. *Da nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: Por uma outra Política Educacional*. 2<sup>o</sup> ed. Revista – Campinas: Editora Autores Associados, 1999.

SETUBAL, M. A. *A necessária valorização do professor*. TENDÊNCIAS / DEBATES, Opinião, p. A3. Folha de S. Paulo, 8 de maio de 2017.

SILVA, F. F. *Construção de projetos profissionais e redução da vulnerabilidade social: subsídios para políticas públicas de orientação profissional no ensino médio*. Tese de Doutorado – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: Biblioteca Dante Moreira Leite, 2010.

STRAUSS, V. *I Have Seen the School of Tomorrow. It is Here Today, in Finland*. Answer Sheet, The Washington Post, 7 de Maio de 2016. Acessado em 10 de Abril de 2017. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/news/answer-sheet/wp/2016/05/07/i-have-seen-the-school-of-tomorrow-it-is-here-today-in-finland/?utm\\_term=.935b4b7c8449](https://www.washingtonpost.com/news/answer-sheet/wp/2016/05/07/i-have-seen-the-school-of-tomorrow-it-is-here-today-in-finland/?utm_term=.935b4b7c8449)>

TAKAHASHI, F. *Aprender com o tio Sam – Em discussão no Brasil, base curricular nacional enfrenta percalços nos EUA*. EDUCAÇÃO, Ilustríssima, p. 4-5. Folha de S. Paulo, 7 de maio de 2017.

United Nations Population Division, 2014. Acessado em 20 de Agosto de 2016. Disponível em: <<http://www.vox.com/2014/7/16/5909709/the-un-thinks-well-hit-peak-births-in-2014>>





**More  
Books!** 



**yes**  
**I want morebooks!**

Buy your books fast and straightforward online - at one of the world's fastest growing online book stores! Environmentally sound due to Print-on-Demand technologies.

Buy your books online at  
**[www.get-morebooks.com](http://www.get-morebooks.com)**

Compre os seus livros mais rápido e diretamente na internet, em uma das livrarias on-line com o maior crescimento no mundo! Produção que protege o meio ambiente através das tecnologias de impressão sob demanda.

Compre os seus livros on-line em  
**[www.morebooks.es](http://www.morebooks.es)**

SIA OmniScriptum Publishing  
Brīvības gatve 197  
LV-103 9 Rīga, Latvia  
Telefax: +371 68620455

[info@omniscrptum.com](mailto:info@omniscrptum.com)  
[www.omniscrptum.com](http://www.omniscrptum.com)

OMNI Scriptum







